

DATA MERCANTIL

São Paulo



SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM ✓ TRANSPARÊNCIA, ✓ SEGURANÇA E ✓ QUALIDADE.

datamercantil.com.br

SÃO PAULO, Quinta-Feira, 28 de maio de 2026 | edição nº 1537

R\$ 2,50

COMISSÃO ESPECIAL DA CÂMARA APROVA FIM DA ESCALA 6X1 E MANTÉM TRANSIÇÃO; PEC VAI A PLENÁRIO

A comissão especial aprovou nesta quarta-feira (27) o parecer da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que acaba com a escala 6x1 e reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais.

O colegiado manteve o texto construído no acordo entre o governo Lula e o presidente da Câmara, Hugo Motta, com uma transição de 14 meses. A expectativa é que o texto seja votado no plenário nas próximas horas. O parecer redigido pelo deputado Leo Prates (Republicanos-BA) foi aprovado por 34 votos a favor e 4 contrários, dos deputados Maurício Marcon (PL-RS), Osmar Terra (PL-RS), Julia Zanatta (PL-SC) e Gilson Marques (Novo-SC).

O texto estabelece a redução de 44 para 42 horas semanais de trabalho e duas folgas semanais remuneradas, uma preferencialmente aos domingos, 60 dias após a promulgação da PEC. Doze meses depois dessa primeira redução, haverá novo corte, para 40 horas semanais. "Estamos fazendo a maior reforma desse país, que é a reforma na vida do povo brasileiro. Garantir mais tempo para as famílias, para o pai e a mãe ficar com seu filho", disse Prates.

A discussão foi destacada pelas tentativas difusas da oposição para minar os ganhos políticos do governo Lula com a esperada aprovação da pauta, que tem apoio de 68% dos brasileiros, segundo pesquisa Genial Quaest realizada

entre os dias 8 e 11 de maio.

A PEC acabou sendo votada sem destaques, ou seja, sem propostas de alteração após uma articulação do presidente da comissão especial, o deputado Alencar Santana (PT-SP). Esses dispositivos serão analisados em plenário, o que promete um debate mais intenso.

O PL, até então alardeando o viés eleitoral do fim da escala 6x1 e cobrando mais tempo de discussão para a proposta, adotou na véspera a estratégia de "dobrar a aposta" para constranger o governo. O partido apresentou requerimento para adoção da escala 4x3, de quatro dias de trabalho para três de folga, e para que a PEC entre em vigor imediatamente, sem nenhuma transição.

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



IPCA-15 tem maior inflação para maio em 10 anos, fica acima das projeções e supera teto da meta

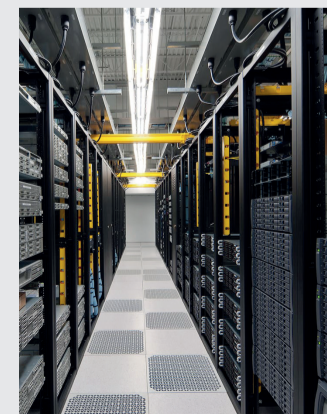
Decreto de Lula sobre redes com atribuições para agência fiscalizadora gera debate sobre legalidade

Trump fez elogio a Lula em encontro com Flávio Bolsonaro na Casa Branca

Bancos transferem R\$ 5,7 bi de valores esquecidos para o Desenrola



Empresa de data centers anuncia complexo para IA de R\$ 30 bi no interior de SP



NO MUNDO

Pilar de ordem econômica mundial, liberdade de navegação entra em xeque com guerra no Irã



Com a guerra no Irã completando três meses nesta quinta-feira (28), o status final do estreito de Hormuz após as negociações de cessar-fogo entre o país persa e os Estados Unidos é um dos pontos mais aguardados pela comunidade internacional.

Especialistas ouvidos pela imprensa americana e até mesmo diplomatas brasileiros falam no fechamento da via marítima por parte do Irã em termos de uma arma de destruição em massa na sua capacidade de causar dano à economia global é por Hormuz que passa quase toda a produção de petróleo e gás dos países do golfo Pérsico.

Teerã, que diz que o estreito faz parte das águas

territoriais iranianas, tem cobrado pedágios de navios que desejem atravessar a via e levantou a ideia de tornar a taxa permanente. Se implementada, a prática violaria pelo menos 40 anos de precedentes jurídicos que garantem um pilar da ordem econômica mundial: a liberdade de navegação.

"Tanto o bloqueio do Irã quanto o bloqueio dos EUA são ilegais", diz Nitish Monebhurrin, professor do CEUB (Centro Universitário de Brasília) e doutor em direito internacional pela Universidade Sorbonne, na França. "Isso é previsto naquele que é o 'texto sagrado' do direito internacional do mar, a Convenção de Montego Bay", diz.

Esse tratado, negociado pela ONU em 1982 e conclu-

ído na cidade jamaicana de Montego Bay, foi ratificado por quase todos os países do mundo, com exceção justamente dos EUA e do Irã. Monebhurrin, entretanto, diz que isso não suspende a validade do tratado nesse caso, uma vez que os dois países sempre agiram em respeito ao direito consuetudinário internacional (isto é, às regras em vigor) mesmo sem ratificar a convenção.

Também não importa, segundo o professor, que Teerã considere o estreito parte de seu território, uma vez que o princípio de livre navegação para embarcações civis de bandeiras neutras se aplica mesmo em águas territoriais e em períodos de guerra.

Folhapress

Trump diz que entrega de urânio enriquecido não encerrará sanções ao Irã

Donald Trump disse que os EUA não vão aliviar sanções ao Irã em troca da entrega de urânio altamente enriquecido, em entrevista nesta quarta-feira (27) à PBS News,

Trump afirmou que a entrega do urânio e a renúncia ao programa nuclear são a principal exigência dos EUA para um acordo com Teerã. Ao ser questionado por jornalistas sobre as negociações, ele disse: "Nós vamos conseguir. Não precisamos disso, não queremos isso. Provavelmente vamos destruir depois que conseguirmos, mas não vamos deixar que eles fiquem com isso."

O presidente também repetiu que o Irã quer fechar um acordo, mas afirmou que ainda não há consenso. "O Irã está muito empenhado, eles querem muito fechar um acordo. Até agora, não conseguimos... não estamos satisfeitos com isso, mas ficaremos. Ou ficaremos, ou teremos que terminar o trabalho. Não acho que

eles tenham outra escolha", afirmou, em reunião de gabinete.

Trump disse que não tem pressa nas negociações e citou o debate político interno nos EUA. "Vamos dar essa chance, não tenho pressa. Todo mundo fica dizendo: 'Ah, as eleições de meio de mandato'. Não tenho pressa", declarou ao g1.

Do lado iraniano, um dirigente da Guarda Revolucionária minimizou a chance de retomada do conflito. Mohamad Akbarzadeh, vice-chefe político da Marinha da Guarda Revolucionária, afirmou que a volta da guerra é "pouco provável devido à fraqueza do inimigo".

O secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, reforçou a linha dura de Washington e disse que a diplomacia segue como prioridade. "O Irã nunca vai ter uma arma nuclear. Os eventos recentes nos lembram, mais uma vez, que eles são os líderes mundiais no terrorismo."

Folhapress

Como é o drone russo que atinge 500 km/h e preocupa defesa aérea da Ucrânia



A Rússia começou a usar um novo drone de ataque a jato contra a Ucrânia para tentar superar os sistemas de interceptação desenvolvidos por Kiev ao longo da guerra. Chamado de Geran-4, o equipamento pode atingir 500 km/h e transportar ogivas de até 90 quilos, segundo a inteligência militar ucraniana.

O novo modelo foi identificado oficialmente pela Defence Intelligence of Ukraine (DIU). Também conhecido como GUR, agência de inteligência militar ligada ao Ministério da Defesa da Ucrânia, o órgão afirma que Moscou iniciou o uso operacional do drone em maio deste ano "como uma

contramedida à eficácia dos nossos drones interceptadores".

Guerra entre Rússia e Ucrânia vem sendo marcada por uma corrida tecnológica envolvendo drones, sistemas de defesa aérea e armas de baixo custo. Nos últimos meses, a Ucrânia ampliou o uso de drones interceptadores capazes de derrubar modelos russos mais lentos, como o Geran-2, baseado nos drones iranianos Shahed.

Agora, segundo autoridades ucranianas, a Rússia tenta recuperar vantagem no campo de batalha com versões mais rápidas e reforçadas.

Drone usa motor chinês e estrutura reforçada. O

Geran-4 utiliza motores turbojato dos modelos Telefly LX-WP-160 e Telefly TF-T-J2000A, identificados pela agência como de origem chinesa. A GUR afirma que o novo drone recebeu uma fuselagem totalmente redesenhada, com melhorias aerodinâmicas e estrutura reforçada para suportar voos em alta velocidade e manobras mais agressivas.

Para a fabricação das versões anteriores dos drones a jato Geran-3, o inimigo utilizava a fuselagem do Geran-2 movido a gasolina. Mas essa experiência mostrou que sua resistência não era suficiente para voos em altas velocidades. GUR, em comunicado divulgado nas redes sociais.

Folhapress

DATA
MERCANTIL

São Paulo

● JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

● Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

● EDITORIAL: Daniela Camargo
● COMERCIAL: Tiago Albuquerque
● Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

IPCA-15 tem maior inflação para maio em 10 anos, fica acima das projeções e supera teto da meta



A inflação medida pelo IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15) desacelerou a 0,62% em maio, após marcar 0,89% em abril, apontam dados divulgados nesta quarta-feira (27) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Mesmo com a perda de força frente ao mês anterior, a taxa de 0,62% é a maior para maio em dez anos, desde 2016 (0,86%).

A carestia do grupo alimentação e bebidas (1,38%) e da energia elétrica (2,16%) pressionou o resultado, enquanto os combustíveis (-1,47%) recuaram depois de forte alta gerada pela guerra no Irã.

O IPCA-15 de maio (0,62%) ficou acima da mediana das projeções do mercado financeiro, que era de 0,57%, segundo a Bloomberg. O intervalo das estimativas coletadas pela agência ia de 0,47% a 0,65%.

Nos 12 meses até maio, o índice do IBGE acumulou alta de 4,64%, acima do avanço de 4,37% até abril.

Assim, superou o teto de 4,5% da meta de inflação perseguida pelo BC (Banco Central). Isso não ocorria desde outubro do ano passado.

A meta serve de referência para a política de juros do BC e se baseia em outro índice do IBGE, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao

Consumidor Amplo).

O IPCA-15 é divulgado antes e tem uma composição semelhante à do IPCA. Por essas razões, sinaliza uma tendência para o segundo indicador. Uma das diferenças entre os dois é o período de coleta dos preços.

A apuração do IPCA-15 abrange a segunda metade do mês anterior e a primeira do mês de referência. No caso do resultado de maio, divulgado nesta quarta, o levantamento ocorreu de 16 de abril a 15 de maio.

Já a coleta do IPCA se concentra no mês de referência. Logo, a taxa de maio ainda não está fechada. Será divulgada pelo IBGE em 12 de junho.

Folhapress

Gastos de turistas estrangeiros no Brasil sobem mais de 9%

Os gastos dos turistas estrangeiros no Brasil totalizaram nos quatro primeiros meses do ano R\$ 20,2 bilhões, 9,2% acima do registrado no mesmo período de 2025. Divulgados nesta quarta-feira (27), os dados são do Banco Central.

Somente no mês de abril, os turistas internacionais injetaram R\$ 4,19 bilhões na economia brasileira, um aumento de 1,2% na comparação com abril de 2025, quando os valores alcançaram R\$ 4,14 bilhões.

“Nossa atuação na busca por turistas de outros países tem sido intensa. Mais do que movimentar aeroportos, hotéis e restaurantes, o turismo brasileiro transfor-

ma a realidade de milhares de brasileiros e brasileiras”, disse o ministro do Turismo, Gustavo Feliciano.

Nova rota China Brasil De acordo com o Ministério do Turismo, o governo do Brasil iniciou na última segunda-feira (25) negociações com a China Eastern, uma das três maiores companhias aéreas estatais do país, para a abertura de rotas entre as duas nações.

Em reunião em Xangai, o ministro apresentou propostas de cooperação para ampliar a presença do Brasil nas plataformas da companhia aérea, incluindo a exibição de filmes nacionais nos voos da empresa.

Bruno Bochini/ABR



Bancos transferem R\$ 5,7 bi de valores esquecidos para o Desenrola



Os brasileiros ainda podem recuperar quase R\$ 5 bilhões em dinheiro esquecido em bancos e instituições financeiras, mesmo após o governo federal transferir parte dos recursos do Sistema de Valores a Receber (SVR), do Banco Central, para o programa Desenrola Brasil 2.0.

Segundo o Ministério da Fazenda, R\$ 5,7 bilhões já foram destinados ao Fundo de Garantia de Operações (FGO), fundo público que servirá como garantia para renegociação de dívidas no programa de combate à inadimplência. A transferência havia sido anunciada no início do mês.

O balanço mais recente divulgado pelo Banco Cen-

tral (BC) aponta que havia R\$ 10,6 bilhões disponíveis no sistema até março. Com a transferência parcial ao FGO, restam cerca de R\$ 4,9 bilhões disponíveis para saque pelos correntistas.

Os recursos pertencem a mais de 45 milhões de pessoas físicas e cerca de 5 milhões de empresas que esqueceram valores no sistema financeiro.

De acordo com o governo federal, os valores transferidos ao FGO ainda podem ser reivindicados pelos titulares. Um edital de chamamento público deverá ser publicado para regulamentar o procedimento de contestação e devolução dos recursos.

Após a publicação, os cidadãos terão prazo de 30

dias para pedir os valores transferidos ao fundo público. Caso não haja contestação, o dinheiro será incorporado definitivamente ao FGO.

Em relação aos recursos que continuam no SVR, o Ministério da Fazenda informou que não é necessário esperar o edital para consultar e pedir o ressarcimento.

O governo afirma que os recursos ajudarão a fortalecer o sistema financeiro e garantir renegociações no Desenrola 2.0.

Segundo a Fazenda, o FGO será utilizado para cobrir eventuais inadimplências de contratos renegociados, oferecendo mais segurança às instituições financeiras participantes do programa.

Wellton Máximo/ABR

POLÍTICA

Decreto de Lula sobre redes com atribuições para agência fiscalizadora gera debate sobre legalidade



O caminho escolhido pelo governo Lula (PT) de avançar no tema da regulação das redes sociais, atribuindo por meio de decreto novas funções a uma agência reguladora, gera debate sobre a legalidade da medida, segundo advogados e professores de direito ouvidos pela Folha.

Um dos pontos mais controversos seria o de ter apontado a ANPD (Agência Nacional de Proteção de Dados) como responsável por fiscalizar e regulamentar uma série de obrigações das plataformas oriunda de julgamento do STF (Supremo Tribunal Federal), sem aval do Congresso.

Na semana passada, o presidente atualizou um decreto de 2016 que trazia

a regulamentação do Marco Civil da Internet. Um dos argumentos é o de que o texto estaria desatualizado frente à decisão da corte. Após a publicação desse decreto junto a um segundo voltado à proteção das mulheres no ambiente online, parlamentares da oposição protocolaram diferentes propostas buscando derrubá-los.

No novo decreto, o governo estabelece que a ANPD, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, "atuará na regulação, na fiscalização e na apuração de infrações quanto à garantia dos direitos dos usuários e ao cumprimento dos deveres dos provedores de aplicações de internet", citando uma série de itens do próprio decreto e afirmando que isso se dará nos

termos de outras leis.

Órgão inicialmente responsável apenas por supervisionar a legislação sobre dados pessoais, a ANPD foi transformada em agência reguladora recentemente, e passou a acumular a atribuição de monitorar o ECA Digital, lei que define deveres relacionados a crianças e adolescentes para as plataformas

À Folha de S.Paulo o governo diz que a crítica de que o decreto atribui funções à agência que dependeriam de lei não procede. Segundo o governo, o texto "não cria novas competências para a ANPD, mas regulamenta atribuições que já estão previstas em lei ou foram incluídas no Marco Civil pelo caráter aditivo da decisão do STF". Folhapress

Eduardo Bolsonaro pediu envio do 'máximo possível' de recursos para 'Dark Horse', diz site

O ex-deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) orientou um intermediário a enviar o máximo de recursos possível aos Estados Unidos para financiar o filme "Dark Horse", sobre a trajetória do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), de acordo com mensagens divulgadas nesta quarta-feira (27) pelo The Intercept Brasil.

Segundo o site, uma mensagem escrita por Eduardo foi encaminhada, em 21 de março de 2025, por Thiago Miranda, fundador e sócio do Portal Leo Dias, ao banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master -preso preventivamente em Brasília e investigado sob suspeita de fraudes bilionárias.

Na mensagem, Eduardo orienta que o ideal seria "enviar o máximo possível ainda neste sistema atual, com o remetente atual", para evitar o envio de várias remessas de recursos, o que, segundo o ex-deputado, atrasaria a produção do filme em seis meses.

Eduardo também indicou, nas mensagens, que o corretor de imóveis Altieris Santana estaria disponível para reuniões presenciais

relacionadas à operação financeira do filme.

Santana é um dos controladores do fundo Haven-gate Development Fund LP, sediado no Texas, ao lado do advogado Paulo Calixto -responsável pelo processo imigratório de Eduardo nos Estados Unidos. A Polícia Federal investiga se recursos de Vorcaro que chegaram ao Haven-gate foram usados para custear despesas do ex-deputado nos EUA.

Em Washington, Eduardo declarou, após a publicação da reportagem, que não recebe dinheiro público. A Folha entrou em contato com o ex-deputado, mas não houve resposta até a publicação deste texto.

O contato de Eduardo com Miranda ocorreu cerca de um mês depois de ele deixar o Brasil, em fevereiro de 2025. À época, Eduardo já havia assinado, em janeiro de 2024, um contrato como produtor-executivo do filme -cargo com poder sobre o controle de orçamento e a gestão financeira da produção. Ele admitiu que assinou o contrato com o cargo, mas disse que os planos mudaram depois.

Folhapress

Trump fez elogio a Lula em encontro com Flávio Bolsonaro na Casa Branca



Durante a reunião na Casa Branca com o senador e pré-candidato Flávio Bolsonaro (PL-RJ), o presidente dos EUA, Donald Trump, chegou a fazer elogio ao presidente Lula (PT), segundo relato confirmado pelo empresário bolsonarista Paulo Figueiredo, que participou da reunião.

"O presidente Trump comentou, sim, sobre o encontro com o presidente Lula. Elogiou o seu dinamismo, mas também fez outros comentários que prefiro manter reservados", disse ele à Folha. O elogio é o mesmo usado em um post publicado pelo presidente dos EUA logo depois do encontro com o petista

no Truth Social. "Acabo de concluir minha reunião com Luiz Inácio Lula da Silva, o muito dinâmico presidente do Brasil. Discutimos muitos temas, incluindo comércio e, especificamente, tarifas."

Após a reunião desta terça, Flávio afirmou ter sido presenteado por Trump com uma "challenge coin" (moeda tradicional militar nos EUA, com referência ao termo "desafio").

Por parte da comitiva brasileira, houve a tentativa de entrega de camisas personalizadas do Brasil ao menos dez delas foram produzidas com o nome de Trump e de sua família. Como os presentes precisam passar por inspeção, porém, eles não chegaram

a tempo da reunião entre o pré-candidato do PL e o presidente dos EUA.

A duração da reunião entre Flávio e Trump ainda não foi detalhada. Paulo Figueiredo afirmou que eles ficaram cerca de uma hora e 40 minutos na Casa Branca. Durante entrevista a jornalistas, no entanto, ao ser questionado sobre o tempo que passou com Trump, o senador não soube precisar. Flávio afirmou que o principal motivo para a reunião foi para pedir que o republicano designe as facções criminosas CV e PCC como terroristas. Ao tratar do assunto com Trump, ele disse que ainda estava analisando a questão e não fez promessas ao senador. Folhapress

PUBLICIDADE LEGAL

TCU exige transparência em fundos que executam políticas públicas fora do Orçamento



O TCU (Tribunal de Contas da União) determinou que o governo Lula (PT) faça ajustes e dê mais transparência aos fundos que executam políticas públicas fora do Orçamento, em especial o FNDIT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico) e o Firece (Fundo de Apoio à Infraestrutura para Recuperação e Adaptação a Eventos Climáticos Extremos).

O tribunal não proibiu, na prática, a execução de gastos por meio dos fundos, mas exigiu uma melhora na governança, rastreabilidade e transparência na execução dos programas.

Os ajustes terão de ser feitos em até 180 dias, segundo determinaram os ministros em julgamento nesta quarta-feira (27), e o governo terá de deixar claro o impacto fiscal com cada política financiada a partir desses fundos e o motivo de ela não ser executada diretamente pelo orçamento.

Como mostrou a Folha, o uso de fundos para financiar políticas governamentais aumentou no governo Lula 3, e a prática foi alvo de críticas da área técnica do TCU. Nesta quarta (27), o plenário da corte concor-

dou com a equipe técnica e determinou restrições ao uso desses instrumentos fora das regras fiscais.

Tanto no caso do FNDIT quanto no Firece poderá haver continuidade na execução das políticas públicas durante o período dos ajustes. Administrado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), o FNDIT tem vinculado o Programa Mover, voltado para a descarbonização e transição energética. Desde o início da auditoria, a instituição financeira decidiu suspender os repasses para aguardar a posição do órgão de controle.

O Firece, por sua vez, é voltado para financiar ações contra eventos climáticos extremos, e foi concebido em 2024, no contexto da calamidade pública do Rio Grande do Sul.

O TCU também determinou que o governo faça uma avaliação sobre a execução do programa educacional Pé-de-Meia por meio do Fipem, e não de forma direta pelo orçamento. No ano passado, a corte determinou que os recursos para financiar o programa transitassem de forma integral no orçamento.

Folhapress

Vicar S.A. Comercial e Agropastoril

CNPJ nº 61.529.236/0001-04

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2025 Valores expressos em Reais (R\$)

ATIVO		PASSIVO	
Circulante	54.364.482,24	Const. de Cercas e Porteiras Santa Rosa	760.801,22
Disponível	40.797.116,16	Curral Concreto Pre Moldado Rosanela	71.510,00
Bens numerários	2.192,93	Fazenda Rosanela Bebed Distr Agua	44.427,24
Caixa - Fazenda Rosanela	424,13	Fazenda Rosanela Benefitorias	363.867,07
Caixa - Fazenda Santa Rosa	190,45	Fazenda Rosanela Construcoes	4.499,35
Caixa - Matriz	1.578,35	Fazenda Santa Rosa Benefitorias	521.604,36
Depósitos bancários a vista	279.116,13	Fazenda Santa Rosa Construcoes	4.217,07
Banco Santander S.A.	96,93	Guaruja Cosntrucoes	196.330,61
Bradesco - Ag. 2976 Pe Joao Manuel	279.019,20	Mata Burro de Concreto	8.843,09
Aplicações de liquidez imediata	40.515.807,10	Predios Benefitorias Birigui	55.863,75
Banco Santander S.A.	10.000.000,00	Reserv. Australiano 209000 Lts Rosanela	19.000,00
CDB Banco Bradesco CCDI	3.520.716,79	Reservatorio Agua Concreto 70000 Lt Sta. Rosa	25.000,00
CDB Bradesco	2.947.131,77	Santos Cosntrucoes	13.830,64
CDB DI PJ Santander 24-07-2028	10.329.157,69	Sao Paulo Cosntrucoes	40.525,71
Fundo Renda Fixa Bradesco	13.718.800,85	Sistema de Pesagem Eletronico (Sta. Rosa)	175,51
Outros créditos	70.081,08	Tronco Balanca Eletr Hidr. Faz Rosanela	6.460,00
Adiantamentos a funcionarios	5.064,38	Tronco Balanca Eletr Hidr. Faz Santa Rosa	6.460,00
Adiantamentos de Salários - F Rosanela	266,39	Maquinas e Acessorios	2.639.864,62
Adiantamentos de Férias	4.797,99	Fazenda Rosanela	1.896.085,26
Adiantamentos Coligadas Controladas	62.231,49	Fazenda Santa Rosa	743.779,36
Diretoria Executiva	62.231,49	Veiculos	484.399,99
Tributos a recuperar	2.785,21	Veiculos Fazenda Santa Rosa	130.000,00
IRRF a Recuperar	2.785,21	Veiculos Fazenda Rosanela	43.499,99
Estoques	13.497.285,00	Veiculos Matriz	310.900,00
Estoque de gado	13.474.705,00	Instalacoes e Equipamentos	708.670,83
Confinamento de Terceiros(santa Rosa)	844.872,00	Balanca Bovina Electronica Faz. Rosanela	29.500,00
Fazenda Rosanela	6.349.026,00	Bomba Hidraulica (faz. Rosanela)	14.249,64
Fazenda Santa Rosa	6.280.807,00	Fa Sta bRosa Sist Aquecimento Solar	4.500,00
Criacoes Inventariadas	22.580,00	Faz Rosanela Sistema de Monitoramento	56.409,40
Fazenda Rosanela	12.390,00	Faz Rosanela Sistema Gerador Solar Fotovoltaico	188.000,00
Fazenda Santa Rosa	10.190,00	Faz Rosanela Bebedouro	33.162,00
Ativo não circulante	10.254.340,43	Faz Rosanela Receptores de Sinais de Satellite GPS	8.700,00
Outros creditos	14.213,83	Faz Sta Rosa Sistema de Monitoramento	43.419,99
Depósitos judiciais	14.213,83	Faz Sta Rosa Sistema Gerador Solar Fotovoltaico	221.000,00
Depósitos Judiciais	14.213,83	Faz. Rosanela - Inst. Hidraulica	4.160,66
Investimentos	25.490,95	Faz. Rosanela - Rede Eletrica R3 Azul	8.674,87
Partic. Permanentes outras sociedades	25.490,95	Faz. Sta Rosa - Ret S Joao Rede Eletrica	16.338,60
Banco Bradesco	25.490,95	Faz. Sta Rosa bebedouro	80.240,59
Imobilizado	10.214.635,65	Faz. Sta. Rosa - Ret S Joao Rede Eletrica	315,08
Imóveis	920.278,06	Reprodutores Matrizes	9.235.254,00
Edifício martim Fco Cj 151 R Pe Joao Manuel	884.278,06	Fazenda Rosanela - Matrizes	8.659.224,00
Garagens 108 Rua Araujo 70	36.000,00	Fazenda Rosanela - Reprodutores	576.030,00
Moveis e Utensilios	131.333,49	Depreciações	(6.514.904,91)
Fazenda Rosanela	25.536,96	Depreciações - Acumuladas	(6.514.904,91)
Fazenda Santa Rosa	52.593,87	Total do ativo	64.618.822,67
Matriz	53.202,66	Passivo	
Construcoes e Benefitorias	2.609.739,57	Circulante	1.850.607,95
Barracao Estrutura Metalica	14.450,00	Fornecedores	133.961,89
Const. de Cercas e Porteiras F. Rosanela	451.873,95	Fornecedores nacionais	133.859,98

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2025		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2025	
Discriminação	Valores	Discriminação	Valores
Receita operacional bruta		Despesas-ident,e rast. Animais bovinos	(9.719,99)
Vendas de produtos a prazo	12.489.220,48	Segurança e medicina do trabalho	(14.339,70)
Receitas de alugueis	1.931.003,56	Internet	(3.426,11)
Arrendamento rural	7.916.578,87	Depreciações	(484.115,38)
Venda lotes	100.000,00	Aviso prévio e indenizações	(11.030,38)
Parcerias	60.426,41	Cont prev. Social s/ terceiros	(164.656,30)
Total receita operacional bruta	22.497.229,32	Impostos e taxas	(698,01)
(-) Deduções da receita bruta		Acordo trabalhista	(3.000,00)
Impostos incidentes sobre receitas		Material de escritório	(3.719,97)
(-) Pis	(67.610,87)	Assistência médica	(11.255,02)
(-) Cofins	(312.050,13)	Despesa com CPD	(10.806,89)
(-) Funrural	(256.045,55)	Despesa com copa	(4.446,24)
Total impostos incidentes sobre receitas	(635.706,55)	Vale transporte	(5.005,61)
Total (-) deduções da receita bruta	(635.706,55)	Plano médico	(71.216,18)
(=) Receita operacional líquida	21.861.522,77	Plano odontológico	(1.426,00)
Total (=) receita operacional líquida	21.861.522,77	Desp. c/ alimentação de funcionário	(12.671,95)
(=) Lucro bruto	21.861.522,77	Despesa com cartório e registro	(2.086,11)
(-) Custo		Seguros gerais	(8.986,93)
(-) Custo operacional		Desp. De uso da administração	(6.246,95)
Custo de bovinos	(1.874.020,67)	Desp. Com condomínio	(441.997,35)
Custo de lotes vendidos	(14.467,77)	Publ.e assim. Livros e jornais	(880,00)
Total custo	(1.888.488,44)	Pro- labore	(960.844,68)
(=) Lucro da atividade	19.973.034,33	Despesas com sedex	(363,45)
Despesas administrativas		Mão de obra especializadas	(300.246,60)
Ordenados e salários	(1.819.706,30)	Despesa da adm - outras	(71.317,36)
Inss patronal	(104.930,21)	Licenciamento de veiculos	(14.160,95)
Fgts	(162.122,13)	Taxa de licença e funcionamento	(4.259,00)
Provisão de férias abonos	(164.642,07)	Contr. Sindical e assistencial patronal	(3.016,00)
Provisão encargos prev. S/ férias	(40.195,11)	Impostos, taxas e contribuições	(9.801,30)
Provisão FGTS Férias	(13.169,64)	ITR	(547.806,41)
Provisão 13º salário	(156.201,59)	IPTU	(121.363,65)
Provisão encargos 13º salário	(8.006,83)	Total despesas administrativas	(6.712.232,45)
Provisão FGTS s/ 13º salário	(44.313,56)	(-) Despesas financeiras	
Telefone	(5.534,54)	Descontos Concedidos	(0,27)
Conservação manutenção casa da sede	(32.263,94)	Despesas Bancárias Diversas	(3.341,53)
Conservação casa de moradia	(18.670,90)	Juros Pagos ou Incorridos	(33,61)
Conservação manutenção constr. Auxiliar	(30.730,67)	Total (-) despesas financeiras	(3.375,41)
Conservação manut. est. cercas e porteiras	(37.921,98)	Receitas financeiras	
Conservação manut. maquinismo e acess.	(87.022,66)	Dividendos Recebidos	2.962,44
Conservação e manutenção de veiculos	(61.411,72)	Rendimentos de Aplicação	107.137,17
Conservação de pasto e estábulo	(87.442,00)	Total receitas financeiras	107.137,17
Utensilios e ferramentas	(8.490,37)	Resultado antes da CS e IR	5.186.726,62
Combustíveis e lubrificantes	(158.371,08)	Total resultado antes da CS e IR	5.296.826,23
Fretes e carretos	(235.883,16)	Provisão para CSLL lucro presumido	(764.402,08)
Despesas de viagens	(32.273,60)	Total provisão para contribuição social	(764.402,08)
Despesas de uso do escritório	(23.931,68)	Provisão para IRPJ lucro presumido	(764.402,08)
Seguro de vida em grupo	(2.139,60)	Total provisão para imposto de renda	(1.878.904,61)
Cesta básica	(71.946,64)	(=) Lucro líquido do exercício	(1.878.904,61)
		Total (=) lucro líquido do exercício	15.910.946,01

A DIRETORIA: Vicente Felício de Carvalho - Presidente | Jose do Carmo Ferreira - Contador - CRC nº 1-SP.143511/0-6

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE

FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br

Brasol Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 35.539.616/0001-10

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)				Demonstrações de Resultados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação do capital final)			
Ativo	Controladora		Consolidado		Controladora	Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	18.999	3.851	100.122	107.192	200.000	–	276.644
Aplicações financeiras	–	40.360	1.179	40.360	–	–	803
Ativos financeiros	1	–	–	–	2.642	433	80.426
Contas a receber e ativos de contrato	–	–	60.304	42.462	–	–	48.710
Adiantamentos	567	–	26.120	21.116	180	54	13.484
Estoques	–	–	3.706	3.295	396	147	21.186
Impostos a recuperar	18.888	10.456	34.128	23.468	–	–	13.708
Despesas antecipadas	–	–	23.456	1.128	–	–	20.675
Outros créditos	6.974	5.386	1.341	11.224	2.001	89	9.905
Total do ativo circulante	45.429	60.404	250.357	250.245	205.219	723	485.541
Não circulante							
Realizável a longo prazo	–	42.661	–	42.661	199.461	285.317	470.061
Aplicações financeiras	–	–	–	–	–	–	53.388
Contas a receber e ativos de contrato	–	–	1.147.398	742.609	–	–	100.044
Adiantamentos	–	–	–	77.041	–	–	63.769
Impostos a recuperar	1.828	1.828	18.236	2.205	–	–	32.966
Despesas antecipadas	2.925	4.178	2.925	4.178	–	–	–
Ativos fiscais diferidos	28.943	7.265	82.875	25.778	–	–	–
Outros créditos	34	–	7.198	20.043	196	15.874	1.863
Total do ativo não circulante	33.730	55.932	1.258.632	914.515	199.657	301.191	722.091
Total do ativo	983.903	787.821	1.786.767	1.325.779	404.876	301.914	1.207.632
					983.903	787.821	1.786.767

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)				Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)			
Saldos em 1º de janeiro de 2024	Reserva de lucros		Reserva remuneração baseada em ações	Prejuízos acumulados	Transação entre acionistas	Participação de não controladores	Patrimônio líquido total
	Capital social	Reserva de Capital					
Aumento de capital	4.415	–	–	–	–	–	4.415
Transações entre acionistas	–	–	–	–	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(9.624)	(38.548)	(48.176)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	206.881	346.596	–	(29.022)	(38.548)	485.907	36.398
Remuneração baseada em ações	–	–	–	4.664	–	–	4.664
Transações entre acionistas	–	–	–	–	–	–	–
Lucro do exercício	–	–	–	–	54.313	–	54.313
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	(4.405)	–	(4.405)
Constituição de reserva de lucros	–	–	–	–	(20.886)	–	(20.886)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	206.881	346.596	20.886	4.664	–	–	579.135

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional – A Brasol Participações e Empreendimentos S.A. (“Brasol”, “Controladora” e/ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Rua Florida, nº 1.595, conjunto 111, na cidade e estado de São Paulo, com escritórios adicionais em Florianópolis e várias outras bases operacionais regionais em todo o Brasil. A Brasol e suas subsidiárias (conjuntamente, “Grupo”) atuam em todo o território brasileiro, fornecendo infraestrutura integrada de transição energética e serviços relacionados, principalmente a clientes comerciais e industriais. O Grupo desenvolve, financia, detém, administra e opera ativos de infraestrutura energética por meio de subsidiárias e entidades de propósito específico em vários estados brasileiros e no Distrito Federal. As atividades da Brasol estão organizadas em unidades de negócios que abrangem segmentos-chave da cadeia de valor da transição energética, incluindo geração solar distribuída, substâncias e infraestrutura de transmissão, sistemas de armazenamento de energia em baterias, infraestrutura de recarga de veículos elétricos, serviços de operação e manutenção e atividades de estruturação financeira e gestão de ativos associadas ao portfólio do Grupo.

2 Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil) As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração da Companhia autorizou a emissão dessas demonstrações em 14 de maio de 2026. Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Continuidade operacional:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas

foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Em 31 de dezembro de 2025, o passivo circulante individual e consolidado excede o ativo circulante da controladora e do consolidado em R\$ 159.790 e R\$ 235.184, respectivamente (R\$ 25.350 em 31 de dezembro de 2024 no consolidado). Além disso, em 2025, o Grupo reconheceu um lucro líquido no exercício de R\$ 54.334 (prejuízo de R\$ 11.774 em 2024), e o caixa líquido consumido pelas atividades operacionais foi de R\$ 19.104 na controladora e aplicado no consolidado de R\$ 24.890 (consumido de R\$ 204.280 em 31 de dezembro de 2024 no consolidado). A Administração avaliou esse contexto e concluiu que ele decorre, fundamentalmente, do modelo de negócios da Companhia, que atua como financiadora de projetos de geração de energia solar distribuída. Nesse modelo, os desembolsos relativos à construção das usinas concentram-se no período pré-operacional, sendo a parcela mais relevante incorrida até a data de entrada em operação comercial (COD – Commercial Operation Date), ao passo que os recebimentos correspondentes são reconhecidos ao longo de contratos de fornecimento de energia com prazo de até 20 anos. Essa assimetria temporal entre os fluxos de entrada e de saída de caixa é inerente ao setor e não reflete deterioração da capacidade de pagamento da Companhia. Considerando o perfil de longo prazo dos contratos de fornecimento de energia já firmados, a previsibilidade dos fluxos de caixa operacionais futuros e o histórico de acesso a linhas de financiamento para novos projetos, a Administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia disporá de recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

Diretor Presidente

Tyler Eldridge CPF: 086.651.231-48

Contadora responsável

Érica Andrea Jonas – CRC -SP- 202.667/0-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Diretores e Acionistas da

Brasol Participações e Empreendimentos S.A. – São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brasol Participações e Empreendimentos S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Brasol Participações e Empreendimentos S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento da receita:** Veja as Notas 7 (f) e (h), e 26, das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principal assunto de auditoria:** De acordo com o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, a classificação dos contratos de arrendamento como financeiros ou operacionais e o correspondente reconhecimento da receita exigem julgamento relevante por parte da Administração. A Companhia e suas controladas devem avaliar os termos e condições de cada contrato para assegurar a classificação adequada e o correto reconhecimento contábil da receita. Nos casos em que os contratos de arrendamento são classificados como financeiros, o CPC 06 (R2) requer que o arrendador reconheça o arrendamento com base no valor presente dos recebíveis, utilizando uma taxa de desconto apropriada. A determinação dessa taxa constitui um elemento crítico do julgamento da Administração, uma vez que pode influenciar de forma significativa os valores registrados nas demonstrações financeiras. A avaliação dos contratos de arrendamento como financeiro ou operacional envolve um grau significativo de julgamento e complexidade. Isso inclui a análise detalhada dos termos e condições de cada contrato, bem como a determinação da taxa de desconto apropriada para o reconhecimento de receita nos arrendamentos financeiros. A taxa de desconto é um elemento chave que pode afetar substancialmente os valores registrados nas demonstrações financeiras. O reconhecimento de receita dos contratos de arrendamento financeiro tem um impacto relevante nessas demonstrações financeiras. Eventuais mudanças na estimativa da taxa de desconto podem alterar significativamente os valores reconhecidos, influenciando os resultados financeiros reportados e a posição patrimonial. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: • Avaliamos o desenho dos controles chaves implementados pela Companhia e suas controladas no processo de avaliação dos contratos de arrendamento como sendo financeiro ou operacional, e na determinação da taxa de desconto utilizada para o registro dos contratos de arrendamento financeiro; • Confrontamos o montante total da receita de arrendamento financeiro reconhecida nos registros contábeis com os relatórios suportes e gerenciais utilizados pela Administração; • Com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos se o cálculo das taxas de desconto utilizadas para os arrendamentos financeiros atende as normas contábeis para os contratos firmados em 2025; • Confrontamos, por meio de amostragem, o valor dos contratos de arrendamento financeiro utilizados no cálculo da receita com a respectiva documentação suporte, e os documentos que comprovam os recebimentos do exercício; e para os itens selecionados, recalculamos o valor da receita reconhecida; • Avaliamos, também, as divulgações efetuadas pela Companhia e suas controladas, verificando se estão completas e de acordo com os requisitos do CPC 06 (R2). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o montante da receita e as respectivas divulga-

ções são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Combinação de negócio:** Veja as Notas 1.2 (b) e 7(a.i) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principal assunto de auditoria:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou combinações de negócios relevantes, envolvendo a aquisição de controle de determinadas sociedades, registradas de acordo com o método de aquisição, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC 15 (R1)). A contabilização dessas transações envolve alto grau de julgamento por parte da Administração, especialmente quanto à identificação e mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Adicionalmente, a mensuração dos valores justos baseia-se em premissas relevantes e complexas, tais como projeções de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto, prazos contratuais e expectativas de desempenho econômico, frequentemente suportadas por laudos de avaliação preparados por especialistas independentes. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Entendimento do procedimentos adotados pela administração relacionados à determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos; • Leitura do contrato de compra e venda que deu suporte ao reconhecimento da operação e a aquisição de controle; • Análise, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das principais premissas e metodologias utilizadas pela Companhia, que foi produzida com auxílio de especialista externo contratado, na mensuração e alocação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos; • Comparamos, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, as projeções utilizadas no cálculo disponibilizado pela Companhia com dados projetados, de forma a analisarmos a razoabilidade das premissas utilizadas; • Com o apoio de nossos especialistas, comparamos com informações históricas disponíveis ou com dados observáveis; • Recalculamos, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, as projeções preparadas que suportam a determinação dos valores justos com base nas premissas definidas; • Avaliação, com o suporte de nossos especialistas em avaliação, da razoabilidade das metodologias utilizadas nos laudos de valor justo; Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, e as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas inten-

Fluxo de caixa da atividade operacional	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro (Prejuízo) do exercício	54.313	(9.624)	54.334	(11.774)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) do exercício ao fluxo de caixa das atividades operacionais				
Depreciações e amortizações	–	–	2.244	506
Equivalência patrimonial	(83.016)	(164)	–	–
Impostos de renda e contribuições social				
correntes e diferidos	(21.678)	(5.640)	18.052	1.027
Ajuste a valor presente	–	–	107	21.450
Baixa de imobilizados	–	–	187.078	67
Baixa de direito de uso	–	–	21.477	–
Juros sobre empréstimos e financiamentos	54.023	6.815	99.251	24.959
Alienação de controladas	(7.031)	–	–	–
Baixa de earn-out	–	–	(13.718)	–
Remuneração baseada em ações	4.664	–	4.664	–
Juros apropriados – arrendamento	–	–	2.617	–
	1.275	(8.613)	376.106	36.235
Variações nos ativos e passivos				
Ativos recebíveis	–	15.000	–	15.000
Contas a receber e ativos de contratos	–	–	(368.990)	(659.982)
Adiantamentos	(567)	–	72.037	(75.303)
Impostos a recuperar	(8.432)	(10.454)	(26.691)	(14.149)
Estoques	–	–	(411)	3.312
Outros créditos	(1.800)	(4.204)	22.730	(30.602)
Despesas antecipadas	1.604	(3.806)	(21.075)	(4.375)
Fornecedores	2.209	348	(48.877)	51.042
Obrigações trabalhistas	126	51	(14)	11.715
Impostos e contribuições a recolher	249	82	27.393	63.178
Outras obrigações	(13.768)	15.643	(7.092)	400.838
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(19.104)	4.047	25.116	(203.091)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(226)	(1.189)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(19.104)	4.047	24.890	(204.280)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis	(2.692)	(244)	(138.809)	(3.100)
Alienação de controladas	32.284	–	–	–
Investimentos em aplicações financeiras	128.530	–	127.351	–
Resgates de aplicações financeiras	(45.509)	(23.927)	(45.509)	(23.927)
Investimentos	–	–	(361.997)	–
Aquisição de controladas líquido do caixa adquirido	(105.032)	–	(105.032)	(135.748)
Adiantamentos para futuro aumento de capital em controladas	(33.450)	–	–	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(25.869)	(386.168)	(161.999)	(162.775)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital e das reservas de capital	–	132.769	–	132.769
Captação de empréstimos e financiamentos	114.566	285.317	402.137	320.039
Pagamento de passivos de arrendamentos – principal	–	–	(2.906)	(5.338)
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	–	(189.458)	(170.378)	(189.458)
Pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamento	(54.445)	(13.631)	(98.814)	(21.395)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	60.121	214.997	130.039	236.617
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	15.148	(167.124)	(7.070)	(130.438)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.851	170.975	107.192	237.630
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18.999	3.851	100.122	107.192
Variação de caixa e equivalentes de caixa	15.148	(167.124)	(7.070)	(130.438)

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 14 de maio de 2026

KPMG Assurance Services Ltda.

CRC 2SP-027609/O-9 F SP

Juliana de Lira Bilachi

Contadora CRC 1SP254945/O-7



PUBLICIDADE LEGAL

EPR Participações S.A.

CNPJ/MF nº 48.803.906/0001-70 – NIRE 35.300.605.306

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Data, Horário e Local: 30/04/2026, às 09:00 horas, na sede da Companhia, em São Paulo/SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença da totalidade do capital social. **Publicações:** Relatório da administração, demonstrações financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2025, que incluem as representações dos saldos comparativos, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2024, publicados no jornal "Data Mercantil", na edição do dia 27/03/2026 (versão online e impressa). **Mesa:** Presidente: Sr. José Carlos Cassaniga e Secretário: Sr. Enio Stein Júnior. **Deliberações da Ordem do Dia:** Os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas, em Assembleia Geral Ordinária: (i) as contas da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31/12/2025; e (ii) a destinação do lucro líquido de R\$ 625.838.300,92, sendo: (a) R\$ 31.291.915,05 para reserva legal; (b) R\$ 49.911.894,47 para reserva de lucros a realizar; (c) R\$ 445.909.789,40 para reserva de lucros; e (d) R\$ 98.724.702,00 para distribuição de dividendos aos acionistas. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) aprovada a retificação do resultado do exercício encerrado em 31/12/2024, passando a constar lucro líquido de R\$ 200.201.825,75; (ii) aprovada a retificação da destinação do lucro de 2024, sendo: (a) R\$ 15.151.577,93 para absorção de prejuízos acumulados; (b) R\$ 9.252.512,39 para reserva legal; (c) R\$ 43.949.433,86 para reserva de lucros a realizar; e (d) R\$ 131.848.301,57 para reserva de lucros; (iii) aprovado o aumento do capital social em R\$ 284.196.609,00, passando de R\$ 148.634.001,00 para R\$ 432.830.610,00, mediante: (a) capitalização de reservas de lucros no valor de R\$ 185.471.907,00, com emissão de 185.471.907 ações ordinárias, distribuídas proporcionalmente entre os acionistas Equipav Rodovias Participações e Administração S.A. e Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura – I.E. e (b) capitalização de créditos de dividendos no valor de R\$ 98.724.702,00, com emissão de 98.724.702 ações ordinárias subscritas proporcionalmente pelos acionistas; (iv) aprovada a alteração do artigo 5º do estatuto social para refletir o novo capital social de R\$ 432.830.610,00, dividido em 910.738.449 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal; e (v) aprovada a consolidação do estatuto social da Companhia na forma do Anexo I da Ata. **Encerramento:** Nada mais, encerrada a Assembleia, lavrou-se a Ata. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: Sr. José Carlos Cassaniga; Secretário: Enio Stein Júnior. **Acionistas:** Equipav Rodovias Participações e Administração S.A. (por Danilo Dias Garcez de Castro Doria e Luiz Felipe Setten Fustiano) e Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, representado por sua gestora, Perfin Infra Administração de Recursos Ltda., a qual é representada, por sua vez, nos termos do seu contrato social por Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro e Camilla Sisti. São Paulo/SP, 30/04/2026. **Anexo I: Estatuto Social Consolidado: Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto Social e Prazo de Duração: Artigo 1º – A EPR Participações S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo presente estatuto social ("Estatuto Social"), pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A.") e pelas demais disposições legais aplicáveis, bem como pelo acordo de acionistas arquivado na sede social ("Acordo de Acionistas"). **Artigo 2º –** A Companhia tem sua sede social na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.188, conjuntos 23 e 24, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo instalar, estabelecer, transferir e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional, por deliberação da Diretoria. **Artigo 3º –** A Companhia tem por objeto social: (i) Explorar, no território nacional, projetos de infraestrutura em transportes, através da exploração, ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem, empreendimentos de exploração, operação e manutenção de complexos rodoviários federais e estaduais e respectivas faixas marginais; e (ii) Prestar serviços de engenharia, gerenciamento, fiscalização, supervisão e administração de obras no geral e a participação em sociedades que prestem tais serviços. **Artigo 4º –** A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II – Capital Social: Artigo 5º –** O capital social da Companhia é de R\$ 432.830.610,00, representado por 910.738.449 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **§ 1º –** Cada ação ordinária confere ao seu titular 1 voto nas assembleias gerais de acionistas ("Assembleia Geral"). **§ 2º –** As ações são indivisíveis em relação à Companhia, que não reconhecerá mais do que um proprietário para exercer os direitos a elas inerentes. **§ 3º –** Todas as ações de emissão da Companhia serão escrituradas nos livros próprios da Companhia em nome de seus titulares. **§ 4º –** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, a Companhia poderá adquirir suas próprias ações, devendo as ações adquiridas ser mantidas em tesouraria e posteriormente alienadas ou canceladas. **§ 5º –** A alienação e a oneração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oneração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas. **§ 6º –** A Companhia poderá outorgar opções de compra de ações nos termos de planos de outorga de opção de compra de ações, aprovados pela Assembleia Geral, a favor de administradores e empregados. **§ 7º –** É vedada a criação ou emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **Artigo 6º –** Observado o disposto neste Estatuto Social e na Lei das S.A., bem como o disposto no Acordo de Acionistas, os acionistas terão direito de preferência para, na proporção de suas participações acionárias, subscrever novas ações, bônus de subscrição e valores mobiliários conversíveis em ações emitidas pela Companhia. **Artigo 7º –** A não integralização, pelo subscritor, do valor subscrito, nas condições previstas no boletim de subscrição, constituirá, de pleno direito, o acionista remisso em mora, de acordo com a Lei das S.A., sujeitando o subscritor ao pagamento do valor em atraso corrigido pela variação positiva do IPCA, além de juros moratórios de 1% ao mês, *pro rata die*, até a data do efetivo pagamento, e multa não compensatória igual a 10% do valor devido. **Capítulo III – Assembleias Gerais: Artigo 8º –** Os acionistas reunir-se-ão anualmente, em Assembleia Geral ordinária, a ser realizada nos 4 primeiros meses contados do encerramento de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias dispostas no artigo 132 da Lei das S.A., e, extraordinariamente, sempre que necessário. **Artigo 9º –** As Assembleias Gerais poderão ser convocadas, a qualquer momento, na forma prevista na Lei das S.A. Será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas. **§ 1º –** Além de presencialmente, a Assembleia Geral poderá, ainda, ser realizada (i) semipresencialmente – quando os acionistas puderem participar e votar presencialmente, no local físico da realização do conclave, mas também à distância; ou (ii) digitalmente – quando os acionistas só puderem participar e votar à distância. Quando semipresencial ou digital, a participação e a votação à distância dos acionistas podem ocorrer mediante o envio de boletim de voto à distância (inclusive por e-mail) e/ou mediante atuação remota, via sistema eletrônico. O instrumento de convocação deverá informar, em destaque, se a Assembleia Geral será presencial, semipresencial ou digital, conforme o caso, detalhando como os acionistas poderão participar e votar. Para todos os fins legais, as Assembleias Gerais realizadas digitalmente serão consideradas como realizadas na sede da Companhia aplicável. **§ 2º –** Os acionistas não poderão deliberar sobre qualquer matéria que não tenha sido expressamente incluída na ordem do dia da respectiva Assembleia Geral, exceto se todos os acionistas estiverem presentes e expressamente concordarem em deliberar a matéria. **§ 3º –** As Assembleias Gerais somente se instalarão, em 1ª convocação, com a presença de acionistas representando mais do que 75% do capital social votante; e, em 2ª convocação, com a presença de qualquer número de acionistas. **§ 4º –** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126, § 1º da Lei das S.A. **§ 5º –** Não poderá votar na Assembleia Geral o acionista com direitos sociais suspensos, na forma dos artigos 120 e 122, inciso V, da Lei das S.A. **§ 6º –** O acionista não poderá votar nas deliberações relativas a laudo de avaliação dos bens com que concorrer para o capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem tampouco em quaisquer outras em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. **§ 7º –** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais. **Artigo 10 –** Compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das S.A. e sobre as matérias abaixo elencadas: (i) Alteração do estatuto social para (a) realizar aumentos de capital, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (b) alterar a composição, competência e funcionamento da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, observado o disposto no Acordo de Acionistas; (c) alterar as atribuições mínimas do Diretor Financeiro previstas no Artigo 17, § 4º; (d) alterar a apuração ou destinação de resultados, incluindo criação, capitalização e extinção de reservas; ou (e) implementar alteração que implique na supressão do quórum qualificado de aprovação em relação às Matérias Qualificadas; (ii) fixação do montante global da remuneração dos administradores e dos membros do conselho fiscal, quando instalado, caso exceda o montante global previsto no plano de negócios aprovado; (iii) aprovação de planos de outorga de opções de compra de ações executivos e colaboradores da Companhia ou de subsidiárias; (iv) deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos em desacordo com a política de dividendos; (v) transformação do tipo societário; (vi) fusão incorporação ou cisão envolvendo a Companhia ou subsidiárias, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (vii) registro de companhia aberta na categoria A (ou categoria que a substitua) ou oferta pública de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia ou de subsidiária; (viii) dissolução e liquidação da Companhia ou de subsidiária; (ix) nomeação e destituição de liquidante da Companhia ou de subsidiária; (x) apresentação de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência, pela Companhia ou subsidiária; (xi) participação em grupo de sociedades, pela Companhia ou subsidiária, nos termos do artigo 265 da Lei das S.A.; e (xii) aprovação de qualquer das matérias de competência do Conselho de Administração listadas no Art. 16, caso a matéria venha porventura a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 11 –** Exceto se maior quórum for exigido pela Lei das S.A., as deliberações nas Assembleias Gerais serão aprovadas pela maioria do capital social votante, salvo pelas matérias previstas nos itens (i) a (xii) do Artigo 10 ("Matérias Qualificadas"), cuja aprovação dependerá do voto afirmativo de acionistas titulares de, pelo menos, 75% das ações ordinárias mais 1 ação ordinária. **Artigo 12 –** O Presidente da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições do Acordo de Acionistas, não devendo cometer quaisquer atos que venham a ser proferidos em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas. **Capítulo IV – Administração: Artigo 13 –** A administração da Companhia competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria. **§ 1º –** Os membros da administração permanecerão em seus cargos até a posse

de seus substitutos. **§ 2º –** Em caso de substituição de membro da administração, o substituto completará o mandato do membro substituído. **§ 3º –** Todos os administradores deverão atender aos requisitos de elegibilidade previstos na legislação aplicável, notadamente a Lei das S.A, incluindo (i) não ser impedido por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) não estar inabilitado por ato da Comissão de Valores Mobiliários; (iii) ter reputação ilibada; e (iv) não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e de suas subsidiárias, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, e não ter interesse conflitante com a Companhia, salvo, em ambos os casos, dispensa da Assembleia Geral da Companhia. **§ 4º –** A Assembleia Geral fixará a remuneração global anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer a remuneração de cada administrador. **§ 5º –** Os administradores ficam dispensados de prestar caução. **Capítulo V – Conselho de Administração: Artigo 14 –** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, o Conselho de Administração será composto por até 5 membros, com mandato unificado de 1 ano, permitida a reeleição. **§ 1º –** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, a Assembleia Geral poderá a qualquer tempo substituir os Conselheiros. **§ 2º –** Em caso de vacância, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto. **§ 3º –** O Conselho de Administração terá um presidente, que será escolhido pela Assembleia Geral conforme o disposto no Acordo de Acionistas. **§ 4º –** Em caso de ausência ou impedimento temporário, o presidente do Conselho de Administração indicará o seu substituto dentre os demais Conselheiros. **Artigo 15 –** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês (ou em tal outra periodicidade acordada por todos os membros do Conselho de Administração), e, extraordinariamente, sempre que necessário aos interesses da Companhia. **§ 1º –** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo presidente do Conselho de Administração (ou seu substituto) ou, na hipótese deste retardar a convocação, por quaisquer 2 membros do Conselho de Administração, em conjunto, mediante o envio de correspondência eletrônica a todos os Conselheiros, com apresentação da ordem do dia, acompanhada dos documentos pertinentes, com antecedência mínima de 5 dias úteis, em 1ª convocação, e, em 2ª convocação, com, pelo menos, 2 dias úteis de antecedência. **§ 2º –** Além de presencialmente, as reuniões do Conselho de Administração poderão, ainda, ser realizadas semipresencialmente ou digitalmente, nos termos da regulamentação aplicável. **§ 3º –** O presidente do Conselho de Administração será responsável por presidir as reuniões do Conselho de Administração e indicar os respectivos secretários. **§ 4º –** As reuniões do Conselho de Administração somente serão instaladas, em 1ª convocação, com a presença da maioria dos conselheiros eleitos e, em 2ª convocação, com qualquer número de conselheiros. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros. **§ 5º –** As deliberações do Conselho de Administração serão aprovadas pela maioria dos membros presentes à reunião do Conselho de Administração, observado, quando for o caso, o voto de desempatado do presidente do Conselho de Administração, salvo em relação às matérias indicadas no Artigo 16, as quais deverão ser aprovadas, cumulativamente, (i) pela maioria dos Conselheiros e (ii) pelo voto afirmativo de 2 Conselheiros indicados por acionistas que detiverem, pelo menos, 25% das ações ordinárias, observado o disposto no Acordo de Acionistas. **§ 6º –** O presidente do Conselho de Administração (ou seu substituto) terá o voto de desempatado nas deliberações do Conselho de Administração. **§ 7º –** As atas das reuniões do Conselho de Administração deverão ser lavradas em livro próprio. **Artigo 16 –** No exercício de suas atribuições, compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo das competências previstas na legislação vigente, deliberar sobre as seguintes matérias: (i) aprovação de investimento em novos empreendimentos ou de expansão de investimentos no setor de concessão de rodovias federais e estaduais para operação e manutenção e do respectivo plano de negócios; (ii) alterações ao plano de negócios aprovado em assunto que implique alteração igual ou superior a 10% do montante previsto no plano de negócios aprovado; (iii) fixação da remuneração individual (fixa e variável) de membro da administração que seja uma parte relacionada de qualquer dos acionistas; (iv) aprovar planos de remuneração referenciados em ações que não sejam de competência da Assembleia Geral; (v) determinar o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio não previstos no plano de negócios aprovado; (vi) outorga de opções de compra de ações no âmbito de planos de outorga de opção de compra de ações; (vii) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, debêntures conversíveis em ações ou aumentos de capital dentro do limite do capital autorizado, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (viii) contratação de endividamento, (a) em valor que eleve a razão Dívida Líquida/EBITDA a valor superior ao previsto no plano de negócios aplicável, admitida uma variação de, no máximo, 10%, salvo se o endividamento for comprovadamente indispensável para o cumprimento das obrigações da Companhia ou subsidiária sob contrato de concessão por ela celebrado ou perante autoridade governamental, desde que contratado em condições de mercado ou (b) pela Companhia, que envolva a outorga de garantias fidejussórias por parte dos acionistas ou suas afiliadas, exceto subsidiárias da Companhia; (ix) autorizar a negociação, pela Companhia ou subsidiária, de suas próprias ações, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (x) definir o voto a ser proferido por (a) representante da Companhia nas Assembleias Gerais ou reunião de sócio de subsidiária ou (b) membro não-independente indicado pela Companhia para o conselho de administração de subsidiária em reunião do respectivo conselho de administração, em qualquer dos dois casos quando a matéria for uma das matérias detalhadas no Artigo 10 ou neste Artigo 16; (xi) realização de investimentos de capital (capex) superior a 10% do montante total previsto no plano de negócios ou no orçamento anual aprovado aplicável, salvo se comprovadamente necessário para o cumprimento das obrigações do respectivo contrato de concessão ou perante autoridades governamentais; (xii) outorga, pela Companhia ou qualquer subsidiária, de garantia, real ou fidejussória (inclusive qualquer oneração da participação da Companhia em qualquer subsidiária), salvo no âmbito de financiamento ou operação contratada em benefício da Companhia ou de subsidiária, observados os termos do plano de negócios aprovado; (xiii) aquisição, subscrição ou alienação, pela Companhia ou qualquer subsidiária, de quotas, ações ou participações em outra sociedade (personificada ou não), inclusive nova subsidiária, ou em fundos de investimento (exceto fundos mútuos ou exclusivos destinados à aplicação do caixa), salvo (a) a subscrição de capital em subsidiária em atendimento de capitalização prevista no plano de negócios aprovado ou (b) conforme o item (xiv) abaixo; (xiv) criação (i.e., constituição), pela Companhia ou qualquer subsidiária, de nova subsidiária, exceto se necessário para fins regulatórios ou para a captação de financiamento para a Companhia ou subsidiária; (xv) celebrar, alterar ou resiliar quaisquer acordos de sócios, acionistas ou cotistas nas subsidiárias; (xvi) participação, da Companhia ou qualquer subsidiária, em associações, fundações, empresas individuais de responsabilidade limitada ou consórcios; (xvii) alienação ou oneração de bens do ativo não circulante não prevista no plano de negócios ou no orçamento anual aprovado e que envolvam valores iguais ou superiores a 10% do total do ativo não circulante da Companhia (no caso de alienação de ativos pela Companhia) ou da respectiva subsidiária (no caso de alienação de ativos por uma subsidiária); (xviii) celebrar, alterar ou rescindir contratos celebrados entre, de um lado, a Companhia ou qualquer subsidiária e, de outro, uma parte relacionada, exceto por (a) contratos entre a Companhia e as subsidiárias ou entre estas ou (b) contratos entre, de um lado, a Companhia ou subsidiária e, de outro, um veículo integralmente detido pelos acionistas da Companhia, nas proporções previstas no Acordo de Acionistas; (xix) abandonar ou rescindir contratos de concessão; (xx) outorgar empréstimos ou abrir linhas de crédito, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (xxi) propor, celebrar acordo ou liquidar processos administrativos, judiciais ou arbitrais que envolvam práticas de corrupção ou crimes ambientais; e (xxii) contratação de auditores independentes, salvo se uma das firmas de auditorias previstas no Acordo de Acionistas. **Capítulo VI – Diretoria: Artigo 17 –** A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 até 5 diretores, sendo 1 Diretor Presidente, 1 Diretor Financeiro e os demais Diretores sem designação específica ou com a designação que o Conselho de Administração estabelecer na sua eleição. **§ 1º –** Os Diretores terão mandato de até 2 anos, sendo permitida a reeleição. **§ 2º –** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, o Conselho de Administração poderá a qualquer tempo substituir os Diretores. **§ 3º –** Compete ao Diretor Presidente (i) superintender os negócios e supervisionar e dirigir os trabalhos da Companhia; (ii) coordenar, orientar, acompanhar e supervisionar os demais membros da Diretoria; (iii) implantar e garantir a execução das políticas da Companhia; (iv) a coordenar as áreas jurídicas, de auditoria interna e de comunicações; (v) coordenar e promover ações de comunicação empresarial; (vi) elaborar e revisar, em conjunto com o Diretor Financeiro, para posterior submissão à aprovação do Conselho de Administração, os orçamentos anuais da Companhia e de suas subsidiárias; (vii) presidir as reuniões da Diretoria; e (viii) submeter ao Conselho de Administração todos os assuntos que requerirem exame e aprovação do Conselho de Administração. **§ 4º –** Compete ao Diretor Financeiro (i) superintender as atividades financeiras da Companhia e das subsidiárias, como, por exemplo, atividades de tesouraria, contas a pagar e a receber, gestão do fluxo de caixa, obrigações fiscais, obrigações tributárias acessórias, contratação de seguros e garantias, planejamento financeiro e acompanhamento dos *covenants* financeiros; (ii) indicar os membros da equipe financeira da Companhia e das subsidiárias; (iii) elaborar e manter a contabilidade e as demonstrações financeiras; (iv) elaborar e revisar, em conjunto com o Diretor Presidente, para posterior submissão à aprovação do Conselho de Administração, os orçamentos anuais da Companhia e de suas subsidiárias; (v) acompanhar a execução financeira dos planos de negócios e dos orçamentos anuais aprovados; (vi) gerenciar o caixa e administrar e controlar as reservas financeiras; (vii) coordenar as captações de mercado da Companhia e das subsidiárias; e (viii) acompanhar os trabalhos dos auditores externos. **§ 5º –** Em caso de vacância dos cargos de Diretor, será convocada reunião do Conselho de Administração para eleição do respectivo substituto. **§ 6º –** Os demais Diretores terão as atribuições que lhes sejam fixadas pelo Diretor Presidente, bem assim as que lhes sejam estabelecidas pelo Conselho de Administração na sua eleição. **Artigo 18 –** A Diretoria deverá reunir-se sempre que convocada pelo Diretor Presidente. **§ 1º –** As reuniões da Diretoria serão convocadas com antecedência mínima de 3 dias, devendo constar a data, horário, local e ordem do dia da reunião. A convocação prévia das reuniões da Diretoria da Companhia será dispensada quando presente a totalidade dos Diretores em exercício. **§ 2º –** Além de presencialmente, as reuniões da Diretoria poderão, ainda, ser realizadas semipresencialmente ou digitalmente, nos termos da regulamentação aplicável. **§ 3º –** As resoluções da Diretoria serão tomadas pelo voto da maioria dos Diretores presentes à respectiva reunião. **§ 4º –** Não será aprovada nenhuma deliberação sobre quaisquer assuntos que não estejam expressamente incluídos na ordem do dia da reunião, conforme declarado na convocação, sob pena de ser considerada nula,

excetuadas as matérias que forem acrescentadas à ordem do dia com a aprovação de todos os Diretores. **§ 5º –** As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas em livro próprio. **Artigo 19 –** A Diretoria tem os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, observado o disposto neste Estatuto Social, o Acordo de Acionistas, as deliberações da Assembleia Geral e as deliberações do Conselho de Administração, competindo-lhe especialmente: (i) cumprir e fazer cumprir o disposto neste Estatuto Social; (ii) administrar e gerir os assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista; (iii) administrar e gerir a cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia; (iv) administrar e gerir a assinatura de correspondências de assuntos rotineiros; (v) realizar os estudos de viabilidade técnica, regulatória, jurídica e econômico-financeira e avaliar os potenciais investimentos da Companhia e suas subsidiárias; (vi) elaborar os planos de negócios de cada subsidiária, para posterior submissão à aprovação do Conselho de Administração; (vii) observar o orçamento anual aprovado; (viii) deliberar sobre a criação, transferência e encerramento de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia; (ix) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; e (x) apresentar, anualmente, nos 3 meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos, observadas as imposições legais e o que dispõe este Estatuto Social. **Artigo 20 –** A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante órgãos ou repartições públicas federais, estaduais e municipais ou quaisquer terceiros, bem como a assinatura de escrituras, cheques, ordens de pagamento, contratos em geral e quaisquer outros documentos ou a prática de quaisquer atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou exonerem terceiros de obrigação para com a Companhia incumbirão, serão obrigatoriamente realizados: (i) por 2 Diretores, agindo sempre em conjunto; (ii) por qualquer Diretor, agindo em conjunto com 1 procurador com poderes específicos, constituído conforme previsto no § Único desta Cláusula; (iii) por 2 procuradores com poderes específicos, agindo sempre em conjunto, constituídos conforme previsto no § Único desta Cláusula; (iv) por 1 Diretor ou 1 procurador com poderes específicos, exclusivamente para o fim de representação da Companhia em juízo ou perante repartições públicas federais, estaduais ou municipais, conforme especificado nos instrumentos de mandato, vedada a outorga de substabelecimento sem reservas, constituído conforme previsto no § Único desta Cláusula. **§ Único –** As procurações outorgadas em nome da Companhia serão firmadas por 2 Diretores, e deverão especificar os poderes conferidos, os quais terão validade de, no máximo, 1 ano, exceto as procurações cuja finalidade seja a representação em processos judiciais ou administrativos, que poderão ser por prazo indeterminado. **Capítulo VII – Conselho Fiscal: Artigo 21 –** A Companhia terá um Conselho Fiscal composto por, no mínimo, 3 membros e, no máximo, 5 membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas da Companhia ou não, o qual não funcionará em caráter permanente e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei. **§ 1º –** Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, e exercerão seu mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição. **§ 2º –** Os membros do Conselho Fiscal farão jus à remuneração que lhes for fixada pela Assembleia Geral, se aplicável. **§ 3º –** Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. **Artigo 22 –** O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. O Regimento Interno do Conselho Fiscal deverá ser elaborado, discutido e votado por seus membros na primeira reunião convocada após a sua instalação. **Capítulo VIII – Exercício Social e Demonstrações Financeiras: Artigo 23 –** O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparadas de acordo com os prazos e demais condições previstas na legislação aplicável. **§ Único –** As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas, na forma da legislação aplicável, por auditor independente, devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários. **Artigo 24 –** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. O lucro líquido deverá ser alocado na seguinte forma: (i) 5% sendo destinados para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; e (ii) 25%, no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas, observadas as demais disposições deste Estatuto Social e a legislação aplicável. **§ Único –** A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício social em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social. **Artigo 25 –** A Companhia poderá: (i) levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos intermediários, à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros; (ii) levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos intercalares, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, § 1º, da Lei das S.A.; e (iii) creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo obrigatório, passando a integrá-los para todos os efeitos legais. **Capítulo IX – Liquidação: Artigo 26 –** A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, quando for o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o Conselho Fiscal e o liquidante que deverão atuar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração. **Capítulo X – Acordo de Acionistas: Artigo 27 –** A Companhia deverá observar fielmente o Acordo de Acionistas, nos termos previstos no artigo 118 da Lei nº 6.404/1976. **§ 1º.** O presidente da Assembleia Geral e o presidente das reuniões do Conselho de Administração não computarão o voto proferido em desacordo com o Acordo de Acionistas. **§ 2º.** A Companhia e suas subsidiárias não registrarão em seus livros sociais, sendo nula e ineficaz em relação à Companhia e às subsidiárias, aos acionistas e a terceiros, a alienação ou oneração de ações que viole as disposições do Acordo de Acionistas. **Capítulo XI – Arbitragem: Artigo 28 –** Quaisquer disputas, controvérsias, litígios, conflitos ou discrepâncias entre as Partes de qualquer natureza que surgirem em decorrência deste Estatuto ("Conflito") serão resolvidos definitivamente por arbitragem administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil e Canadá ("CCBC"), de acordo com a Lei Federal nº 9.307/96 ("Lei de Arbitragem"), e o regulamento de arbitragem da CCBC em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem ("Regulamento"), com exceção das alterações aqui previstas. A lei aplicável à arbitragem será a lei brasileira e será vedado o julgamento por equidade. (i) A arbitragem será conduzida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo o Tribunal Arbitral (conforme abaixo definido), motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades. A arbitragem será conduzida na língua portuguesa e será sigilosa. (ii) A arbitragem será conduzida por 3 árbitros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil ("Tribunal Arbitral"). A parte reclamante indicará um árbitro e a parte reclamada indicará outro árbitro, nos prazos estabelecidos pela CCBC. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do Tribunal Arbitral, bem como os árbitros não indicados pelas partes da arbitragem no prazo estabelecido, deverão ser indicados de acordo com o Regulamento. Quaisquer omissões, recusas, impedimentos, suspeições, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas partes da arbitragem ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela CCBC. Caso qualquer dos 3 árbitros não seja nomeado no prazo previsto no Regulamento, caberá à CCBC nomeá-lo(s), de acordo com o previsto no Regulamento, ficando afastado o dispositivo do Regulamento que limite a escolha de coárbitro ou presidente do Tribunal Arbitral à lista de árbitros da CCBC. Os procedimentos previstos neste item também se aplicarão aos casos de substituição de árbitro. (iii) Na hipótese de arbitragem envolvendo 3 ou mais partes em que (i) estas partes não se reúnam em apenas dois grupos de requerentes ou requeridas; ou (ii) as partes reunidas em um mesmo grupo de requerentes ou requeridas não chegarem a um consenso sobre a indicação do respectivo coárbitro, todos os árbitros serão nomeados pela CCBC, nos termos do Regulamento, salvo acordo de todas as partes da arbitragem em sentido diverso. (iv) Qualquer das partes da arbitragem poderá requerer medida liminar ou cautelar ao Poder Judiciário, em caso de urgência e antes da constituição do Tribunal Arbitral, não podendo esta disposição ser considerada inconsistente com o que com renúncia a qualquer das disposições contidas neste Estatuto. Para tal finalidade, fica eleita a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com a renúncia de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja. (v) A sentença arbitral será proferida por escrito, indicará suas razões e fundamentos, e será final, vinculante e exequível contra as partes da arbitragem de acordo com seus termos, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contra ela, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos ao Tribunal Arbitral previstos no artigo 30 da Lei de Arbitragem e eventual ação anulatória fundada no artigo 32 da Lei de Arbitragem. A sentença arbitral será lida pelas partes da arbitragem como solução do Conflito, as quais deverão aceitar tal sentença arbitral como a verdadeira expressão de sua vontade em relação ao Conflito. O Tribunal Arbitral poderá conceder qualquer medida disponível e apropriada conforme a lei brasileira. O Tribunal Arbitral alocará entre as partes da arbitragem, conforme os critérios da sucumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso (i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à CCBC, (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros, (iii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, tradutores, intérpretes, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo Tribunal Arbitral, (iv) dos honorários advocatícios ou qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária a seus advogados, assistentes técnicos, tradutores, intérpretes e outros auxiliares, e (v) de eventual indenização por litigância de má-fé. O Tribunal Arbitral não condenará qualquer das partes da arbitragem a pagar ou reembolsar (i) honorários advocatícios de sucumbência e (ii) qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária com relação à arbitragem, a exemplo de despesas com fotocópias, autenticações, consulatações e despesas de viagens. A execução da sentença arbitral será feita na comarca da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Capítulo XII – Disposições Gerais: Artigo 29 –** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A., observado o disposto no Acordo de Acionistas. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 229.265/26-1 em 26/05/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

PUBLICIDADE LEGAL

Elgin S.A.

CNPJ nº 52.556.578/0001-22 - NIRE 35.300.048.113

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.

As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital social	Reserva legal	Reserva de subvenção investimento	Reserva de Lucros	Participação de não controladores	Patrimônio líquido
	2025	2024	2025	2024						
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	98.639	215.836	119.646	235.189	299.600	35.349	65.317	835.799	2.144	1.238.209
Contas a receber	504.229	227.310	872.910	607.103	-	-	-	559.577	230	559.807
Estoques	486.420	301.247	1.465.204	1.373.722	-	25.395	-	(25.395)	-	-
Tributos a recuperar	161.503	138.489	300.636	244.365	-	-	-	(10.000)	-	(10.000)
Despesas antecipadas	9.507	6.032	10.637	6.033	-	-	-	51.706	-	-
Adiantamento a fornecedores	354.203	247.473	279.552	166.437	299.600	60.744	117.023	1.308.275	2.374	1.788.016
Partes relacionadas	2.701.281	1.604.233	-	-	-	-	-	342.002	(2.173)	339.829
Não circulante										
Ativo fiscal diferido	-	-	9.303	6.339	-	-	-	(613.703)	-	(613.703)
Depósitos judiciais	-	-	9.591	6.934	-	-	-	1.036.574	201	1.514.142
Investimentos	2.261.272	1.843.560	9.642	9.679	-	-	-	-	-	-
Intangível	-	-	21.161	21.161	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	45.816	40.006	189.523	121.449	-	-	-	-	-	-
Total do ativo	6.622.870	4.624.186	3.287.805	2.798.411						
Passivo e patrimônio líquido										
Circulante										
Fornecedores	828.245	726.000	530.363	662.022	-	-	-	-	-	-
Finimp	27	-	511.555	86.988	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	19.235	32.139	-	-	-	-	-	-
Adiantamento de clientes	1.069.839	461.186	7.851	31.785	-	-	-	-	-	-
Obrigações trabalhistas	9.117	9.216	44.753	44.199	-	-	-	-	-	-
Obrigações tributárias	17.348	13.192	157.824	83.435	-	-	-	-	-	-
Outros débitos	22	18	7.569	28.253	-	-	-	-	-	-
Financiamento por Arrendamento	771	771	247	771	-	-	-	-	-	-
Dividendos	166.667	1.087	166.667	1.087	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	2.701.281	1.604.233	-	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante										
Provisões para contingências	7.047	8.357	17.162	18.924	-	-	-	-	-	-
Obrigações tributárias LP	-	-	-	4.436	-	-	-	-	-	-
Passivo fiscal diferido	14.484	14.484	16.356	16.356	-	-	-	-	-	-
Dividendos	294.081	-	294.081	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	315.612	22.841	327.599	39.716						
Capital social	299.600	299.600	299.600	299.600	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	60.744	60.744	60.744	60.744	-	-	-	-	-	-
Reserva de Subvenção Investimento	117.023	117.023	117.023	117.023	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	1.036.574	1.308.275	1.036.574	1.308.275	-	-	-	-	-	-
Participação de não controladores	1.513.941	1.785.642	1.513.941	1.785.642						
Patrimônio líquido total	1.513.941	1.785.642	1.514.142	1.788.016						
Total do passivo e PL	6.622.870	4.624.186	3.287.805	2.798.411						

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA					
Receita líquida de vendas	Controladora		Consolidado		Resultado líquido do exercício	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Receita líquida de vendas	1.218.841	1.203.285	2.938.584	2.536.881	342.002	559.577	339.829	559.807	
(-) Custo dos produtos vendidos	(1.088.717)	(1.012.630)	(2.666.386)	(2.247.463)	(167.225)	(8.644)	(387.962)	(593.437)	
(=) Lucro líquido do exercício	130.124	190.655	272.198	289.418	17.197	(75.415)	(115.543)	(66.363)	
Despesas gerais e administrativas	(190.817)	(144.008)	(429.734)	(426.715)	15.912	35.445	36	24	
Despesas comerciais	(165.993)	(120.455)	(390.417)	(308.506)	15.912	35.445	36	24	
Resultado de equivalência patrimonial	512.884	575.819	-	-	15.912	35.445	36	24	
Outras receitas / (desp.) operacionais, líquidas	27.842	(24.764)	429.775	339.598	15.912	35.445	36	24	
Receita de subvenção	-	51.706	433.800	672.839	15.912	35.445	36	24	
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	314.040	528.953	315.622	566.635	17.197	(75.415)	(115.543)	(66.363)	
Receitas financeiras	33.073	43.116	45.123	48.675	17.197	(75.415)	(115.543)	(66.363)	
Despesas financeiras	(5.893)	(8.954)	(61.161)	(32.409)	17.197	(75.415)	(115.543)	(66.363)	
Variações cambiais	782	(3.538)	42.439	(24.905)	17.197	(75.415)	(115.543)	(66.363)	
(=) Resultado financeiro	27.962	30.624	26.401	(8.639)	17.197	(75.415)	(115.543)	(66.363)	
(=) Lucro líquido do exercício	342.002	559.577	342.023	557.996	17.197	(75.415)	(115.543)	(66.363)	
IRPJ e CSLL	-	-	(3.770)	(4.445)	17.197	(75.415)	(115.543)	(66.363)	
(-) IRPJ e CSLL	-	-	1.576	6.256	17.197	(75.415)	(115.543)	(66.363)	
(-) IRPJ e CSLL Diferido	-	-	(2.194)	1.811	17.197	(75.415)	(115.543)	(66.363)	
(=) Lucro líquido do exercício	342.002	559.577	339.829	559.807	17.197	(75.415)	(115.543)	(66.363)	
Atribuível à:									
Acionistas controladores	342.002	559.577	342.002	559.577	17.197	(75.415)	(115.543)	(66.363)	
Acionistas não controladores	-	-	(2.173)	230	17.197	(75.415)	(115.543)	(66.363)	
Total do resultado abrangente	342.002	559.577	339.829	559.807	17.197	(75.415)	(115.543)	(66.363)	

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES				
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	342.002	559.577	339.829	559.807
Atribuível à:				
Acionistas controladores	342.002	559.577	342.002	559.577
Acionistas não controladores	-	-	(2.173)	230

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES				
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	342.002	559.577	339.829	559.807
Atribuível à:				
Acionistas controladores	342.002	559.577	342.002	559.577
Acionistas não controladores	-	-	(2.173)	230

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da Elgin S.A., Mogi das Cruzes - SP. **Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Elgin S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Elgin S.A. em 31/12/2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Imposto sobre Produtos Industrializados:** A Elgin Distribuidora Ltda. entrou em juízo quanto ao direito do não recolhimento do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), vide Nota Explicativa nº 18.1, quando da revenda dos bens importados, obtendo o transitado em julgado favorável em 2015. Em 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou constitucional a incidência do imposto e em 08/02/2023 determinou a perda dos efeitos dos transiões em julgados sobre os tributos continuados. No ano de 2023 a Companhia recebeu auto de infração, relacionado a este assunto, no montante de R\$ 51.590 mil discriminados da seguinte forma: IPI R\$ 14.331 mil; Juros de mora R\$ 3.309 mil; Multa de ofício R\$ 10.748 mil; e Multa isolada R\$ 23.202 mil. A Administração da Companhia não registrou uma provisão sobre este valor, consequentemente, o passivo não circulante está registrado a menor no montante atualizado de R\$ 65.160 mil (R\$ 46.214 mil em 2024), bem como o patrimônio líquido está registrado a maior nesses montantes nas demonstrações contábeis consolidadas, e o investimento a maior em R\$ 65.160 mil na controladora em 31/12/2025. **Receita de subvenção:** A Elgin Industrial Ltda., registrou "Receita de subvenção", no resultado do exercício, no montante de R\$ 433.800 mil, referente à subvenção para investimento da base de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação). Ocorre que o montante supracitado é de competência de anos anteriores e, portanto, um evento que deveria ser registrado de forma retrospectiva e as demonstrações financeiras dos períodos anteriores reapresentadas, conforme determinado pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro. Com isso, a Companhia deixou de apurar e

provisionar o IRPJ e CSLL, no ano corrente, por excluir a receita de subvenção do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR), no valor supracitado. Diante do exposto, as demonstrações consolidadas estão com o resultado do exercício maior no respectivo montante, assim como a Rubrica "Equivalência patrimonial" no resultado do exercício das demonstrações contábeis da controladora. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião com ressalvas. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Audi-

toria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalvas. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;** **Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;** **Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;** **Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;** **Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.** **Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São José dos Campos, 31/03/2026. BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., CRC 2 SP 013846/0-1. Vinicius Claudino da Silva, Contador, CRC 1 SP-320767/0-7.**



DÓLAR
 compra/venda
 Câmbio livre BC - R\$ 5,0573 / R\$ 5,0579 **
 Câmbio livre mercado - R\$ 5,0595 / R\$ 5,0615 *
 Turismo - R\$ 5,0828 / R\$ 5,2628
 (*) cotação média do mercado
 (**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado no dia: +0,67%

BOLSAS
 B3 (Ibovespa)
 Variação: −0,48%
 Pontos: 175.744
 Volume financeiro: R\$ 22.898 bilhões
 Maiores altas: Usinas Siderurgicas de Minas Gerais SA (5,90%), Raia Drogasil SA (2,72%), CSN Mineracao SA (2,66%)
 Maiores baixas: Cosan SA (-6,31%), Companhia de Saneamento de Minas Gerais (-4,71%), Natura Cosmetics SA (-4,13%)
 S&P 500 (Nova York): 0,02%
 Dow Jones (Nova York): 0,36%
 Nasdaq (Nova York): 0,07%
 CAC 40 (Paris): 0,43%
 Dax 30 (Frankfurt): -0,03%
 Financial 100 (Londres): 0,13%
 Nikkei 225 (Tóquio): 0,01%
 Hang Seng (Hong Kong): -1,06%
 Shanghai Composite (Xangai): -1,25%
 CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,8%
 Merval (Buenos Aires): 5,05%
 IPC (México): 1,19%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
 IPCA/IBGE
 Agosto 2025: -0,11%
 Setembro 2025: 0,48%
 Outubro 2025: 0,09%
 Novembro 2025: 0,18%
 Dezembro 2025: 0,33%
 Janeiro 2026: 0,33%
 Fevereiro 2026: 0,70%
 Março 2026: 0,88%
 Abril 2026: 0,67%

PUBLICIDADE LEGAL

Dívida pública federal sobe 1,9% em abril, a R\$ 8,79 tri



A dívida pública federal do Brasil alcançou R\$ 8,798 trilhões em abril. É uma alta de 1,91% em comparação a março, quando estava em R\$ 8,633 trilhões. Os dados foram divulgados pelo Tesouro Nacional nesta quarta-feira (27).

No mês passado, a DPMFi (Dívida Pública Mobiliária Federal interna) teve seu estoque ampliado em 1,93%, ao passar para R\$ 8,462 trilhões. Segundo a pasta, o avanço está relacionado à emissão líquida, no valor de R\$ 68,04 bilhões, e pela apropriação positiva de juros, no valor de R\$ 92,54 bilhões.

O Tesouro Nacional informou que o estoque da DPFe (Dívida Pública Federal externa) houve variação de 1,28% sobre o estoque apurado em março, encerrando o mês de abril em R\$ 335,88 bilhões (US\$ 67,33 bilhões).

Desse total, R\$ 288,91 bilhões (US\$ 57,91 bilhões) são referentes à dívida mobiliária e R\$ 46,98 bilhões (US\$ 9,42 bilhões) são relativos à dívida contratual.

O prazo médio da DPFe apresentou aumento, passando de 4,10 anos, em março, para 4,12 anos, em abril.

No mês passado, a reserva de liquidez da dívida pública subiu 23,28%, alcançando R\$ 1,091 trilhões. Em relação ao mesmo período do ano passado, houve alta de 34,13%, em termos nominais.

CNN

Reserva Paulista Administradora de Parques S.A.

CNPJ nº 42.758.967/0001-68 – NIRE 35300575598

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.

As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
2024		2024		2024		2024		2025		2024		
(reclassificado)		(reclassificado)		(reclassificado)		(reclassificado)		(reclassificado)		(reclassificado)		
Ativo circulante	2025	2024	Passivo circulante	2025	2024	Capital social	AFAC	Prejuízos acumulados	Total	Prejuízo do exercício antes do IRPJ e da CSLL	(741)	(27.487)
Caixa e equivalentes de caixa	8.066	1.164	Fornecedores	6.694	6.851	Saldo em 31/12/2023	80.579	4.660	(44.542)	40.697	11.802	9.946
Contas a receber de clientes	10.227	2.075	Empréstimos e financiamentos	13.225	24.946	AFAC	-	4.240	-	4.240	-	(173)
Estoques	6.226	3.234	Instrumentos financeiros derivativos	44	-	Aumento de capital	8.000	(8.000)	-	-	188	-
Impostos a recuperar	5.381	2.741	Passivo de arrendamento	687	498	Prejuízo do exercício	-	-	(27.487)	(27.487)	274	(1.761)
Adiantamento a fornecedor	3.733	1.360	Obrigações trabalhistas	3.299	2.364	Saldo em 31/12/2024	88.579	900	(72.029)	17.450	-	-
Despesas antecipadas	966	604	Obrigações tributárias	3.873	562	(reclassificado)	88.579	900	(72.029)	17.450	-	-
Créditos diversos	433	116	Concessão de serviço público	2.223	1.938	Prejuízo do exercício	-	-	(741)	(741)	2.030	2.521
Total do ativo circulante	35.032	11.294	Adiantamento de clientes	5.732	3.739	Saldo em 31/12/2025	88.579	1.800	(72.770)	17.609	(2.306)	(2.307)
Ativo não circulante	2025	2024	Receita diferida	2.304	2.303	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2025	2024	Total	(Aumento)/redução nos ativos:	(8.152)	882
Depósitos garantias	7.199	-	Outras obrigações	3.644	1.123	Receita operacional líquida	117.968	70.045	70.045	Contas a receber	(2.992)	(1.079)
Adiantamento a fornecedor	1.353	-	Total do passivo circulante	41.725	44.324	Custo dos serviços prestados	(73.603)	(63.073)	63.073	Estoques	(2.640)	677
Impostos diferidos	6.277	-	Patrimônio líquido	269.589	152.448	Resultado bruto	44.365	6.972	6.972	Impostos a recuperar	(2.992)	677
Créditos diversos	24	24	Capital social	88.579	88.579	Despesas operacionais	(29.575)	(22.872)	(22.872)	Adiantamento a fornecedores	(2.373)	-
Imobilizado	88.006	17.175	AFAC	1.800	900	Outras receitas/(despesas) operacionais	33	64	64	Contas a receber de partes relacionadas	-	392
Intangível	190.337	185.236	Prejuízos acumulados	(72.770)	(72.029)	Total	(29.542)	(22.808)	(22.808)	Despesas antecipadas	(362)	(165)
Ativo de direito de uso	695	493	Total do patrimônio líquido	17.609	17.450	Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(7.018)	(11.651)	(11.651)	Depósito caução	-	(24)
Total do ativo não circulante	293.891	202.928	Total do passivo e do patrimônio líquido	328.923	214.222	IRPJ e CSLL	6.277	-	-	Créditos diversos	(317)	(1.032)
Total do ativo	328.923	214.222				Prejuízo do exercício	(741)	(27.487)	(27.487)	Aumento/(redução) nos passivos	833	2.709

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Reserva Paulista Administradora de Parques S.A. ("Reserva Paulista" ou "Companhia"), uma sociedade anônima, de propósito específico, formada pela participação societária das empresas Oceanic Atrativos Turísticos S.A., Turita Participações Ltda., Geratec Participações Ltda. e Egypt Engenharia e Participações Ltda., constituída em 16/07/2021, com sede na Avenida Miguel Estéfano, São Paulo, SP. A Companhia tem como objeto social, específica e exclusivamente, a realização das atividades descritas no Edital da concorrência internacional no 02/2020 ("Concorrência"), e no contrato de Concessão ("Contrato de Concessão") celebrado entre a Companhia e a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo ("Poder Concedente"), compreendendo as atividades de administração de parques em geral e outras atividades de recreação não especificadas anteriormente. Em 08/09/2021, a Companhia assinou contrato de concessão com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente ("SIMA"), para concessão de atividades de reforma, conservação, operação, manutenção e exploração econômica da área de concessão, correspondente à parcela territorial, realizando os investimentos de acordo com o caderno de encargos do edital da área correspondente da unidade de conservação Parque Estadual Fontes do Ipiranga, relativa ao Zoológico, Jardim Botânico, e da Fazenda localizada no município de Araçoiaba da Serra/SP, bem como pelo direito de uso do estacionamento da Universidade de São Paulo (USP), pelo período de 30 anos, tendo seu início em 01/12/2021. O contrato de concessão prevê que a Companhia realize pagamento de outorga fixa e variável, conforme descrito na Nota Explicativa nº 4. A Reserva Paulista venceu o leilão com uma oferta de outorga fixa no valor de R\$ 111.500 (representando um ágio de 132%), na data base de agosto de 2020. O valor da outorga fixa foi pago pela Companhia em 30/07/2021, com os valores atualizados pelo IPC/Fipe entre os meses de agosto de 2020 a maio de 2021 (último mês divulgado), no montante de R\$ 119.283. 1.1 Continuidade das operações do Zoológico pela iniciativa privada: Conforme apresentado nas demonstrações financeiras, a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 741 no exercício findo em 31/12/2025 e, no mesmo período, o passivo circulante da Companhia excedia o ativo circulante no montante de R\$ 6.693. Para fazer frente aos compromissos financeiros e investimentos na Companhia, espera-se que os recursos financeiros sejam captados por meio de instituições financeiras nas diversas modalidades, principalmente CCB e dívidas incentivadas. A administração do Zoológico continua a reestruturação da Companhia com o apoio de uma consultoria especializada em gestão, com foco na melhoria da performance e no aprimoramento da governança corporativa, visando promover a sustentabilidade financeira do negócio. Entre as principais ações implementadas, destacam-se: • Aperfeiçoamento da governança corporativa; • Reestruturação do perfil da dívida; • Internalização das áreas de Contabilidade e Fiscal; • Análise de possíveis desequilíbrios econômicos e financeiros; • Construção de parcerias, patrocínios e incentivos; • Implantação de ferramentas de gestão de contratos; • Planejamento financeiro de curto, médio e longo prazo; • Desenvolvimento de um

RH mais estratégico; • Profissionalização da equipe comercial, com foco em B2B. Além disso, em abril de 2024, o Grupo Oceanic assumiu a gestão da Companhia e, com o suporte de sua equipe, tem acelerado a implementação de melhorias na área Comercial, com foco nas seguintes ações: • Aumento das vendas de ingressos; • Expansão dos canais B2B; • Intensificação das campanhas de marketing; • Ampliação da presença nas mídias online e offline; • Melhoria de eventos como a Noite Animal; • Fortalecimento de parcerias e incentivos; • Criação de novos produtos. Outras ações implementadas também já começam a gerar resultados positivos: • Internalização da venda de alguns produtos de Alimentos e Bebidas; • Troca do operador de Alimentos e Bebidas; • Internalização da operação de Fotos; • Reforma do atrativo Mundo Dino e internalização da operação; • Reforma de 100 recintos; • Reconstrução do hospital veterinário; • Instalação de novas atrações, como axolote, pingüins, zebras, aves e tigres; • Criação de novas atrações extras, como o Acqua Zoo e Mineração. Em 2026, o Simba Safari terá seu primeiro ano completo de operação após sua reinauguração. Esse fator, isoladamente, em razão da sazonalidade, deverá aumentar em aproximadamente 170% o faturamento desse atrativo, que representa cerca de 25% do faturamento total da Companhia. Adicionalmente, está prevista a inauguração de um restaurante na entrada do Simba Safari, com vista para o recinto de leões, com potencial para se consolidar como um destino gastronômico, bem como a abertura de um aviário imersivo, que contribuirá para o incremento das receitas da operação. No Zoológico, recintos também estão sendo reformados para garantir maior bem-estar animal e aprimorar a experiência dos visitantes, como os recintos do rinoceronte e das aves. Outros recintos já foram entregues, sendo o do tigre um dos principais destaques. Além disso, o nascimento de quatro leões, dois lobos-guarás e uma girafa contribuíram para o aumento do fluxo de visitantes. Novas espécies também foram incorporadas, ampliando a diversidade do Zoológico, como as hienas e os fenecos. O Mundo Dino está sendo expandido com o objetivo de gerar receitas adicionais e apresentar espécies atuais com origem nos dinossauros. A construção de uma passarela entre o estacionamento e a entrada do Zoológico, além de proporcionar maior conforto e facilidade aos visitantes, deverá impulsionar a atuação de ambulantes. Com essas melhorias, espera-se um aumento entre 5% e 10% no faturamento bruto, além de um crescimento contínuo no fluxo de visitantes. O Jardim Botânico também tem se destacado com a realização de eventos noturnos, incluindo exposições, shows e corridas, que atraem um público crescente. Em 2025, foi inaugurada a exposição "Povos Originários", dedicada às culturas indígenas do Brasil e da região amazônica. Com mais de 800 peças originais, a exposição apresenta artefatos rituais, utensílios e objetos simbólicos que revelam aspectos do cotidiano desses povos. Além das atividades culturais, o Jardim Botânico conta com ampla área verde, estufas icônicas e lagos, proporcionando um ambiente tranquilo e agradável. O asfalto do parque foi integralmente reconstruído para melhorar o deslocamento e o conforto dos visitantes. Em fevereiro de 2026, foi inaugurado um salão de eventos, ampliando as possibilidades para realização de casamentos, festas de debutantes e eventos corporativos, entre outros, o que deverá reforçar ainda mais a relevância do Jardim Botânico na cidade de São Paulo. Os investimentos mais significativos foram realizados até o ano de 2025, sendo que a redução desses desembolsos deverá diminuir a pressão sobre o fluxo de caixa da Companhia. Adicionalmente, estão em andamento iniciativas de redução de headcount e revisão de contratos, com o objetivo de otimizar custos e despesas. Esses fatores, combinados com o aumento de receitas anteriormente mencionado, deverão contribuir para a reversão dos prejuízos observados nos últimos anos, com expectativa de geração de lucro já em 2026. Em 2025, foi realizada a captação de debêntures com condições mais atrativas em relação às anteriormente existentes. Todas as iniciativas propostas vêm sendo avaliadas periodicamente pela Administração, com foco no equilíbrio financeiro e na continuidade das operações. O aporte de recursos pelos sócios será considerado sempre que necessário, até que a Companhia atinja seu equilíbrio financeiro. A Administração não tem conhecimento de qualquer incerteza material que possa gerar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Dessa forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade das operações. 1.2 Reequilíbrio econômico e financeiro: Na data de 30/05/2022, foi encaminhada à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo, uma notificação de desequilíbrio econômico do contrato de concessão no 02/2022, contendo a identificação do evento de desequilíbrio, acompanhada das evidências de que a responsabilidade está alocada ao Poder Concedente, por tratar-se de fatos pretéritos desconhecidos e que não eram exigíveis que fossem conhecidos, porém aptos a impossibilitar a execução contratual tal como originalmente concebida, nos termos da cláusula 26.2 do Contrato de Concessão no 02/2021. Os procedimentos para definição dos itens, análise e aprovação do

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e Diretores da Reserva Paulista Administradora de Parques S.A., São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Reserva Paulista Administradora de Parques S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Reserva Paulista Administradora de Parques S.A. em 31/12/2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase: Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.6, os valores correspondentes foram alterados em relação às demonstrações financeiras anteriormente divulgadas relativas ao exercício findo em 31/12/2024 pelas razões mencionadas na referida nota explicativa nº 2.6. Não fomos contratados nem foram contratados outros auditores para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as alterações em relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31/12/2024 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assessoria sobre estas demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nosso relatório não contém ressalva relacionada a esse assunto. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Reconhecimento de receitas de contrato com clientes: Veja a Nota 3.3 e 24 das demonstrações financeiras. Principal assunto de auditoria: As receitas da Companhia decorrem, substancialmente, da venda de ingressos para visitação aos parques, realizadas por meio de bilheteria física e plataformas on-line. De acordo com as práticas contábeis adotadas, tais receitas são reconhecidas no momento da efetiva visita dos clientes ao parque, quando ocorre a transferência do controle do serviço prestado, considerando a validade de até 90 (noventa) dias a partir da data originalmente agendada. Os ingressos não utilizados dentro desse prazo são classificados como "no-show" e seus valores são reconhecidos como receita pela Companhia. Este tema foi considerado um principal assunto de auditoria em função do elevado volume de transações, da relevância dos montantes envolvidos e da necessidade de julgamento da Administração para determinar o momento apropriado de reconhecimento da receita, especialmente em relação às vendas realizadas próximas à data-base de 31/12/2025. Nessas circunstâncias, existe risco de reconhecimento inadequado de receitas em período incorreto (cut-off), com impacto potencial sobre o resultado do exercício e os saldos de contas a receber e adiantamento de clientes apresentados nas demonstrações financeiras de 31/12/2025. Como auditoria endereçou esse assunto: Como parte de nossos procedimentos de auditoria em relação ao reconhecimento das receitas nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a: • entendimento e avaliação dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas, incluindo aqueles associados à venda de ingressos, controle de validade, registro de utilização e tratamento dos ingressos classificados como "no-show"; • avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia para reconhecimento de receitas, considerando os critérios aplicáveis para determinação do momento de transferência de controle dos serviços aos clientes; • testes de detalhes sobre receitas reconhecidas em período próximo à data-base, mediante inspeção de documentação suporte relacionada; • análise das bases utilizadas pela Companhia para o reconhecimento das receitas, considerando as visitas ao parque e execução dos contratos e a aderência ao regime de competência bem como a avaliação dos saldos de contas a receber e adiantamento de clientes relacionados; e, • execução de procedimentos analíticos e testes com uso de dados para identificação de variações incomuns ou registros inconsistentes; Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a receita de contratos com clientes reconhecida pela Companhia, no contexto das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31/12/2025. Outros assuntos -

ficação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios de comunicação para o interesse público. Joinville, 27/04/2026

Valores correspondentes: As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31/12/2024 foram auditadas por outro auditor independente, que, em seu relatório datado de 02/05/2025, expressou opinião com modificação decorrente do descumprimento de cláusulas restritivas (covenants) estabelecidas nos contratos de empréstimos firmados pela Companhia. Responsabilidades da administração pelas demonstrações: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsi-

ficção, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios de comunicação para o interesse público. Joinville, 27/04/2026

KPMG Samuel Viero Ricken
Auditores Independentes Contador
CRC SC - 000071/F-8 CRC 030412/0-1

PUBLICIDADE LEGAL

Geração Centrais Eólicas RN Holding S.A.

CNPJ/MF nº 14.393.776/0001-23

Balancos Patrimoniais – 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	149	10.181	83.590	94.205	Contas a pagar e Fornecedores	51	4	11.594	11.928
Caixa restrito e depósitos restituíveis	-	-	10.430	-	Contas a pagar – Partes relacionadas	24	12.498	679	12.922
Contas a receber de clientes	57	-	62.684	18.157	Empréstimos e financiamentos	-	-	32.361	31.594
Contas a receber – Partes relacionadas	88	-	212	1.249	Passivo de arrendamento	-	-	44	237
Despesas antecipadas	-	-	902	497	Obrigações sociais e trabalhistas	116	-	116	-
Adiantamentos a fornecedores	-	-	73	-	Obrigações tributárias	85	44	2.251	4.294
Estoques	-	-	721	635	Dividendos a pagar	19.810	6.665	19.810	6.665
Impostos e contribuições a recuperar	286	38	92	5.031	Outras contas a pagar	-	-	285	478
Dividendos a receber	18.471	7.372	-	-	Total do passivo circulante	20.086	19.211	67.140	68.118
Outras contas a receber	-	-	30	131	Não circulante				
Total do ativo circulante	19.051	17.591	158.734	119.905	Contas a pagar e Fornecedores	-	-	96.819	51.747
					Empréstimos e financiamentos	-	-	102.815	131.179
Não circulante					Passivo de arrendamento	-	-	5.273	5.313
Caixa restrito e depósitos restituíveis	-	-	15.082	14.327	Provisão para demandas judiciais	-	-	6.627	4.340
Depósitos judiciais	-	-	358	349	Provisão para desmobilização	-	-	7.202	6.581
Investimentos	192.648	198.089	-	-	Total do passivo não circulante	-	-	218.736	199.160
Imobilizado	-	-	298.528	324.050	Patrimônio líquido				
Ativo de direito de uso	-	-	4.787	5.116	Capital social	98.232	98.232	98.232	98.232
Total do ativo não circulante	192.648	198.089	318.755	343.842	Reservas de lucros	93.381	98.237	93.381	98.237
Total do ativo	211.699	215.680	477.489	463.747	Total do patrimônio líquido	191.613	196.469	191.613	196.469
					Total do passivo e do patrimônio líquido	211.699	215.680	477.489	463.747

Demonstrações dos Resultados do exercício 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	-	-	174.662	122.560	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	74.021	26.499	84.793	32.720
Custo de geração de energia	-	-	(78.511)	(68.413)	Imposto de renda e contribuição social	(36)	(40)	(10.808)	(6.261)
Lucro bruto	-	-	96.151	54.147	Lucro do exercício	37.985	26.459	73.985	26.459
Receitas (despesas) operacionais	(286)	(326)	(2.687)	(3.743)					
Despesas administrativas e gerais	73.884	26.263	-	-					
Resultado com equivalência patrimonial	57	-	(1.640)	(6.260)					
Outras receitas e despesas operacionais	73.655	25.937	(4.327)	(10.003)					
Lucro operacional antes do resultado financeiro	73.655	25.937	91.824	44.144					
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	572	596	15.213	6.455					
Despesas financeiras	(206)	(34)	(22.244)	(17.879)					
	366	562	(7.031)	(11.424)					

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Capital social		Reserva legal		Reserva de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados		Total do patrimônio líquido
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	98.232	98.232	19.647	19.647	58.746	58.746	-	-	176.625
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	26.459	26.459	26.459
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(6.615)	(6.615)	(6.615)
Reserva de dividendos complementares	-	-	-	-	19.844	19.844	(19.844)	(19.844)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	98.232	98.232	19.647	19.647	78.590	78.590	-	-	196.469
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	73.985	73.985	73.985
Dividendo para os controladores	-	-	-	-	(60.345)	(60.345)	(18.496)	(18.496)	(60.345)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(55.489)	(55.489)	(18.496)
Reserva de lucros	-	-	-	-	55.489	55.489	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	98.232	98.232	19.647	19.647	73.734	73.734	-	-	191.613

Demonstrações dos Fluxos de Caixa 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					(-) Pagamento de impostos de renda e contribuição social	(78)	(26)	(8.849)	(5.724)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	74.021	26.499	84.793	31.720	(-) Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures – juros	-	-	(11.327)	(11.323)
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa					(+) Dividendos recebidos	60.433	16.499	-	-
Depreciação do ativo imobilizado	-	-	31.613	31.354	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	47.871	16.660	104.202	105.335
Amortização de ativo de direito de uso	-	-	340	299	Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	476	293	Depósitos restituíveis e valores vinculados	-	-	(11.185)	755
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	15.261	15.255	Aquisição de bens para o ativo imobilizado	-	-	(5.476)	(7.480)
Amortização de despesa de contratação	-	-	210	210	Redução de capital de controladas	7.792	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(73.884)	(26.263)	-	-	Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	7.792	-	(16.661)	(6.725)
Provisão para demandas judiciais	-	-	2.287	4.340	Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Atualização da provisão para desmobilização	-	-	621	568	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures – principal	-	-	(31.741)	(33.538)
Baixa de ativo imobilizado	-	-	(614)	1.829	Pagamento de principal e juros de passivo de arrendamento	-	-	(720)	(670)
(Aumento) redução nos ativos operacionais	(57)	(44.527)	3.397	3.972	Dividendos pagos a acionistas controladores	(65.695)	(11.650)	(65.695)	(11.650)
Contas a receber de clientes	(88)	-	1.037	-	Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(65.695)	(11.650)	(98.156)	(45.858)
Contas a receber – partes relacionadas	-	-	(73)	-	Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa	(10.032)	5.010	(10.615)	52.752
Adiantamentos a fornecedores	-	-	(405)	(55)	Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro	10.181	5.171	94.205	41.453
Despesas antecipadas	-	-	(86)	57	Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro	149	10.181	83.590	94.205
Estoques	(248)	(19)	4.938	(2.583)					
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	(9)	(21)					
Depósitos judiciais	-	-	100	226					
Outras contas a receber	-	-	-	-					
Aumento (redução) nos passivos operacionais	47	(61)	44.738	33.017					
Contas a pagar e Fornecedores	(12.474)	-	(12.243)	-					
Contas a pagar – partes relacionadas	116	-	116	-					
Obrigações sociais e trabalhistas	83	31	(4.002)	2.199					
Obrigações tributárias	-	-	(193)	288					
Outras contas a pagar	-	-	-	-					

Carlos Gustavo Nogarí Andrioli
Diretor CPF: 861.403.379-68Ricardo Motoyama de Almeida
Diretor – CPF: 220.287.038-57Bruno Alvarez Fabozi
Contador – CRC 1SP 291.800/O-0As Demonstrações Financeiras completas contendo as Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer da Auditoria Externa, sem ressalvas, encontram-se disponíveis no site (<https://elera.com/index.php/transparencia/>) e na sede da Companhia.

Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63 – NIRE 35.300.025.083

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

São convocados os acionistas da **Companhia Brasileira de Cartuchos**, na forma da lei, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada às 08 horas do dia 05 de junho de 2026, na sede da Companhia localizada na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bairro Bocaina, CEP 09426-900, na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) a contratação de financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, no âmbito do Projeto CBC – Flexibilização e Pioneirismo, sob a referência nº 2751/25, no valor de até R\$ 177.425.734,64 (cento e setenta e sete milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, setecentos e trinta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), conforme minuta de contrato a ser apresentada à assembleia; (ii) a aprovação, pela Companhia, do custeio, com recursos próprios, dos custos de elaboração e execução do Plano Estratégico de Inovação – PEI, no valor mínimo de R\$ 44.356.433,66 (quarenta e quatro milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e trinta e três reais e sessenta e seis centavos), bem como da obrigação de aportar os recursos necessários à cobertura de eventuais insuficiências ou acréscimos verificados na execução do PEI; (iii) autorização à Diretoria Executiva para praticar todos os atos necessários à negociação, celebração, assinatura e implementação do referido contrato; e (iii) apreciação de outros assuntos de interesse social. Ribeirão Pires, 28 de maio de 2026. **Fabio Luiz Munhoz Mazzaro** – Diretor Presidente; **Sandro Morais Nogueira** – Diretor Administrativo e Financeiro. (28, 29 e 30/05/2026)

CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.

CNPJ/MF nº 30.498.377/0001-83 – NIRE 35.300.519.973

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 12 de maio de 2026
Data, Hora e Local: Dia 12/05/2026, às 10:00h, presencial e por meio eletrônico. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença da totalidade do Conselho de Administração. **Mesa:** Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio – Presidente e Daniel Corrêa de Miranda – Secretário. **Ordem do Dia e Deliberações:** 1. Aprovação dos seguintes documentos: (i) Relatório Anual da Diretoria de Governança, Riscos e Controles Internos – Ano-Base: 2025; (ii) Relatório Anual da Diretoria de Supervisão e Fiscalização – Ano-Base: 2025; (iii) Código de Conduta Ética; (iv) Política de Divulgação de Informações; (v) Política de Governança de Proteção de Dados Pessoais; (vi) Política de Segurança da Informação e Cibersegurança; (vii) Regulamento da Plataforma da CSD BR – Módulo de Registro, de Informativos, de Depósito Centralizado e de Compensação e Liquidação de Ativos; (viii) Plano de Continuidade de Negócios e Recuperação de Desastres; (ix) Autoavaliação da Observância aos Princípios para Infraestruturas do Mercado Financeiro (PFMI); e (x) Regimento Interno da Diretoria Estatutária. 2. Confirmação de ciência do Relatório Anual de Avaliação Interna de Risco de LD/FTP e Fraude. **Encerramento:** Nada mais, encerrada a Reunião, lavrou-se a Ata. São Paulo, 12/05/2026. Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio; Edivar Vilela de Queiroz Filho; Daniel Mendonça Pareto; Luis Otavio Saliba Furtado; Marco Racy Kheirallah; Vivian Yu Wai Yui; Norberto Lanzara Grandjean Júnior; Camila Costa Rossetti; Ricardo Siciliano; Daniel Corrêa de Miranda Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 219.380/26-0 em 22/05/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

São Paulo Residential Fund 1 Ltda.

CNPJ/MF nº 65.866.777/0001-89 – NIRE 35269521134

Extrato de Resolução de Única Sócia

Pelo presente instrumento: **São Paulo Residential Fund 1 Coöperatief U.A.**, CNPJ/MF nº 65.428.418/0001-40, neste ato representado por seu procurador, o Sr. **Henrique Pereira Teixeira de Oliveira**, RG 16.412.238-20 CPF 136.205.356-20; única sócia da **São Paulo Residential Fund 1 Ltda.**, CNPJ/MF nº 65.866.777/0001-89 (“Sociedade”), resolve: (a) **Aprovar** a redução do capital social da Sociedade, por ser excessivo em relação ao seu objeto social, nos termos do art. 1.082, inciso II, da Lei nº 10.406 de 10/01/2002 (“Código Civil”), de modo que o capital social, totalmente subscrito e integralizado, atualmente de R\$ 41.389.680,00, será reduzido para R\$ 35.389.680,00, sendo a redução, portanto, no valor de R\$ 6.000.000,00, mediante redução proporcional do valor nominal das quotas, atualmente no valor nominal de R\$ 1,00 cada, para R\$ 0,8550363279, por meio da devolução de R\$ 6.000.000,00 à única sócia **São Paulo Residential Fund 1 Coöperatief U.A.**, em moeda corrente nacional, em uma ou mais parcelas, no prazo de 12 meses contados da data da alteração do contrato social da Sociedade que formalizará a redução de capital social; (b) **Aprovado** o subsequente agrupamento das 41.389.680 quotas do capital social da Sociedade, no valor nominal de R\$ 0,8550363279 cada, na proporção de 1,1695386993 para 1, de forma que, imediatamente após a aprovação acima, o capital social da Sociedade passe a ser dividido em 35.389.680 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, todas detidas pela única sócia **São Paulo Residential Fund 1 Coöperatief U.A.**; (c) a redução do capital social e o agrupamento aprovados serão efetivados mediante o registro da presente ata, e da correspondente alteração do contrato social da Sociedade que deliberar sobre essas matérias, na JUCESP, após decorrido o prazo de 90 dias contados da publicação desta ata.

Coroa (Suécia) - 0,5442

Dólar (EUA) - 5,0579

Franco (Suíça) - 6,4268

Iene (Japão) - 0,03172

Libra (Inglaterra) - 6,7933

Peso (Argentina) - 0,003586

Peso (Chile) - 0,005653

Peso (México) - 0,2912

Peso (Uruguai) - 0,1263

Yuan (China) - 0,7461

Rublo (Rússia) - 0,07139

Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,8828

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

[datamercantil.com.br](https://www.datamercantil.com.br)

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo

PUBLICIDADE LEGAL

Dólar sobe com incertezas sobre guerra no Irã e IPCA-15 acima do esperado; Bolsa recua



O dólar registra forte alta nesta quarta-feira (27), à medida que investidores reagem às incertezas nas negociações no Oriente Médio e aos resultados do IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15) acima do esperado.

O resultado da inflação reforça a percepção de que os juros podem permanecer elevados por mais tempo no Brasil, o que tende a favorecer o real. O cenário externo volátil, porém, segue pressionando os mercados e estimulando uma postura mais cautelosa, o que limita os ganhos da moeda brasileira.

Por volta das 14h20, a moeda norte-americana avançava 0,72%, cotada a R\$ 5,063. No mesmo horário, a Bolsa recuava 0,37%, a 175.876 pontos.

A inflação medida pelo IPCA-15 desacelerou a 0,62% em maio, após marcar 0,89% em abril, apontam dados divulgados nesta quarta pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Apesar da perda de força em relação ao mês anterior, a taxa de 0,62% é a maior para meses de maio em dez anos, ou seja, desde 2016 (0,86%). Alimentos e energia elétrica pressionaram

o resultado, enquanto combustíveis recuaram.

A variação de maio também ficou acima da mediana das projeções do mercado financeiro, de 0,57%, segundo a Bloomberg.

Em 12 meses, o IPCA-15 passou a acumular alta de 4,64%, acima do avanço de 4,37% até abril. Assim, o índice superou o teto de 4,5% da meta de inflação perseguida pelo BC (Banco Central), o que não ocorria desde outubro do ano passado.

O IPCA-15 é divulgado antes e tem uma composição semelhante à do IPCA. Por essas razões, sinaliza uma tendência para o segundo indicador. Uma das diferenças entre os dois é o período de coleta dos preços.

Para Leonel de Oliveira Mattos, analista de inteligência de mercados da StoneX, os dados mostram uma pressão inflacionária disseminada no Brasil.

"As pressões de preços dos itens energéticos, causadas pelo fechamento do estreito de Hormuz e pela preocupação com a oferta global de petróleo, têm se expandido para além dos itens relacionados à energia. Isso revela um desafio inflacionário para o Banco Central".

Folhapress

Santo Afonso Energética S.A.

CNPJ/MF nº 23.678.947/0001-51

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.001	52.864	28.670	108.814	Contas a pagar e Fornecedores	40.506	66.325	83.012	108.373
Contas a receber de clientes	19.554	21.009	76.082	89.802	Contas a pagar – Partes relacionadas	32	19.544	1.235	24.327
Contas a receber – Partes relacionadas	3.948	8.500	13.272	7.228	Empréstimos e financiamentos	–	–	15.819	14.720
Caixa restrito e depósitos restituíveis	–	–	–	104	Obrigações tributárias	1.653	159	12.087	5.139
Dividendos a receber	5.410	606	–	–	Dividendos a pagar	4.775	1.849	4.775	1.849
Despesas antecipadas	–	–	1.107	1.275	Passivo de arrendamento	–	–	260	2.209
Adiantamentos a fornecedores	104	104	4.854	4.432	Outras contas a pagar	–	–	–	152
Contas a receber – Venda de participação	15.796	7.579	15.796	7.579					
Estoques	–	–	1.113	717	Não circulante				
Impostos e contribuições a recuperar	4.427	776	4.724	1.221	Empréstimos e financiamentos	–	–	471.239	485.261
Outras contas a receber	167	–	235	57	Passivo de arrendamento	–	–	26.864	22.841
Total do ativo circulante	50.407	91.438	145.853	221.229	Provisão para demandas judiciais	–	–	200	–
Não circulante					Provisão para desmobilização	–	–	11.965	11.008
Caixa restrito e depósitos restituíveis	–	–	14.352	15.696					
Contas a receber – Venda de participação	–	13.734	–	13.734	Patrimônio líquido				
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	1.400	–	–	Capital social	718.350	826.875	718.350	826.875
Depósitos judiciais	–	–	–	94	Lucros acumulados	15.669	4.963	15.669	4.963
Investimentos	730.578	813.143	–	–					
Imobilizado	–	–	1.204.485	1.262.366	Participação de acionistas não controladores	–	–	24.611	27.474
Ativo de direito de uso	–	–	21.396	22.072	Total do patrimônio líquido	734.019	831.838	758.630	859.312
Total do ativo não circulante	730.578	828.277	1.240.233	1.313.962	Total do passivo e do patrimônio líquido	780.985	919.715	1.386.086	1.535.191
Total do Ativo	780.985	919.715	1.386.086	1.535.191					

Demonstrações dos Resultados dos exercícios 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	3.553	–	195.738	157.515
Custo de geração de energia	(4.479)	–	(110.279)	(95.392)
Lucro bruto	(926)	–	85.459	62.123
Receitas (despesas) operacionais	(624)	(215)	(5.225)	(3.748)
Despesas administrativas e gerais	16.838	6.440	–	–
Resultado com equivalência patrimonial	(238)	(4.240)	(12)	(3.515)
Outras receitas (despesas) operacionais	15.976	1.985	(5.237)	(7.263)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	15.050	1.985	80.222	54.860
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	7.190	5.112	13.697	11.765
Despesas financeiras	(485)	(254)	(54.457)	(53.114)
	6.705	4.858	(40.760)	(41.349)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	21.755	6.843	39.462	13.511

Demonstrações dos Resultados Abrangentes 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	20.107	6.730	19.244	6.009
Total dos resultados abrangentes do exercício	20.107	6.730	19.244	6.009
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	20.107	6.730	20.107	6.730
Acionistas não controladores	–	–	(863)	(721)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(1.648)	(113)	(20.218)	(7.502)
	(1.648)	(113)	(20.218)	(7.502)
Lucro líquido do exercício	20.107	6.730	19.244	6.009
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	20.107	6.730	20.107	6.730
Acionistas não controladores	–	–	(863)	(721)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)						
	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal				
Em 31 de dezembro de 2023	866.308	–	(7.890)	858.418	–	858.418
Redução de capital	(31.543)	–	–	(31.543)	–	(31.543)
Redução de capital para acionistas não controladores	–	–	–	–	(700)	(700)
Absorção de prejuízos	(7.890)	–	7.890	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	6.730	6.730	(721)	6.009
Constituição de reserva legal	–	337	(337)	–	–	–
Constituição de dividendo mínimo	–	–	(1.767)	(1.767)	–	(1.767)
Constituição de reserva de lucros	–	–	4.626	(4.626)	–	–
Em 31 de dezembro de 2024	826.875	337	4.626	831.838	27.474	859.312
Redução de capital	(108.525)	–	–	(108.525)	(2.000)	(110.525)
Dividendos declarados para os controladores	–	–	(4.626)	(4.626)	–	(4.626)
Absorção de prejuízos	–	–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	20.107	20.107	(863)	19.244
Constituição de reserva legal	–	1.005	–	(1.005)	–	–
Constituição de dividendo mínimo	–	–	(4.775)	(4.775)	–	(4.775)
Constituição de reserva de lucros	–	–	14.327	(14.327)	–	–
Em 31 de dezembro de 2025	718.350	1.342	14.327	734.019	24.611	758.630

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)						
	Controladora		Consolidado		Controladora	Consolidado
	2025	2024	2025	2024		
Atividades operacionais						
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	21.755	6.843	39.462	13.511		
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro (prejuízo) com o fluxo de caixa						
Depreciação do ativo imobilizado	–	–	63.896	65.037		
Baixa de ativo imobilizado	–	–	–	32		
Amortização de ativo de direito de uso	–	–	676	673		
Juros sobre passivo de arrendamento	–	–	2.074	1.866		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	–	–	44.931	45.363		
Resultado de equivalência patrimonial	(16.838)	6.440	–	–		
Atualização da provisão para desmobilização	–	–	957	885		
Provisão para demandas judiciais	–	–	200	–		
Venda de participação em controlada	(2.429)	1.096	(2.429)	1.096		
(Aumento) redução nos ativos operacionais						
Contas a receber de clientes	1.455	(33.888)	13.720	(84.620)		
Contas a receber – Partes relacionadas	4.552	–	(6.044)	–		
Despesas antecipadas	–	–	168	(966)		
Estoques	–	–	(396)	–		
Adiantamentos a fornecedores	–	(1)	–	(4.266)		
Impostos e contribuições a recuperar	(3.651)	1.422	(3.503)	1.677		
Depósitos judiciais	–	–	94	(94)		
Adiantamento a fornecedor	–	–	(422)	–		
Outras contas a receber	(167)	–	(178)	1.392		
Aumento (redução) nos passivos operacionais						
Contas a pagar e Fornecedores	(25.819)	–	(25.360)	73.497		
Contas a pagar – Partes relacionadas	(19.512)	–	(23.092)	(2.097)		
Impostos e contribuições a recolher	1.081	76.808	679	–		
Outras contas a pagar	–	(1.598)	(152)	75		
(-) Pagamento de impostos de renda e contribuição social	(1.235)	(705)	(13.949)	(7.546)		
(-) Pagamento de empréstimos e financiamentos – juros						
(+) Dividendos recebidos	2.424	–	(45.435)	(23.230)		
Caixa líquido gerado pelas (aplicadas) atividades operacionais	(38.384)	56.417	45.897	82.285		
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Caixa restrito e depósitos restituíveis	–	–	1.448	(839)		
Redução de capital em empresas investidas	93.575	21.300	–	–		
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	–	–	(6.016)	(4.260)		
Adiantamento para futuro aumento de capital realizados em investidas	–	(1.400)	–	–		
Recebimento da venda de JUBA19 e JUBA 20	7.946	7.579	7.946	7.579		
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	101.521	27.479	3.378	2.480		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	–	–	(12.419)	(10.551)		
Pagamento de principal e juros de passivo de arrendamento	–	–	–	(2.532)		
Dividendos pagos a acionistas controladores	(6.475)	–	(6.475)	–		
Redução de capital	(108.525)	(31.543)	(108.525)	(31.543)		
Redução de capital a acionistas não controladores	–	–	(2.000)	(700)		
Caixa líquido gerado aplicado nas atividades de financiamento	(115.000)	(31.543)	(129.419)	(45.326)		
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa	(51.863)	52.353	(80.144)	39.439		
Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro	52.864	511	108.814	69.375		
Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro	1.001	52.864	28.670	108.814		

Carlos Gustavo Nogari Andrioli
Diretor – CPF: 861.403.379-68

Ricardo Motoyama de Almeida
Diretor – CPF: 220.287.038-57

Bruno Alvarez Fabozi
Contador – CRC 1SP 291.800/0-0

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do parecer da auditoria externa, sem ressalvas, encontram-se no site (<https://elera.com/index.php/transparencia/>) e na sede da Companhia.

DATA MERCANTIL

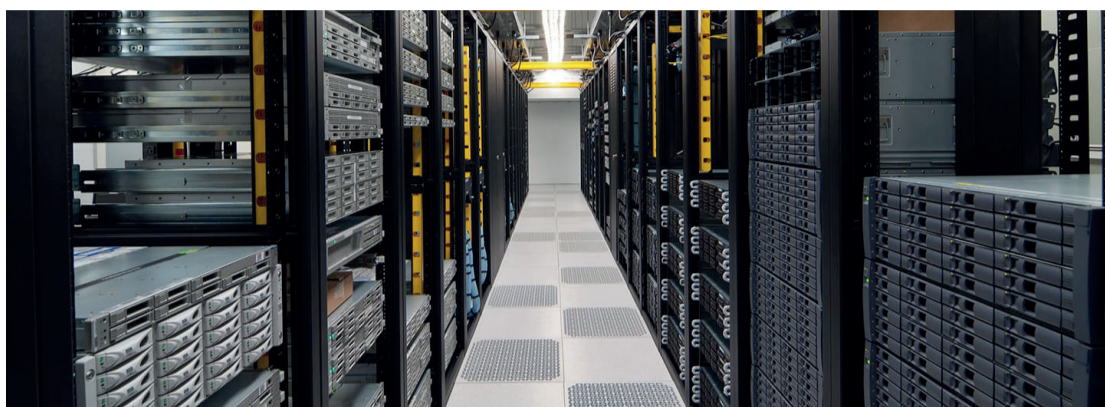
SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br

NEGÓCIOS

Empresa de data centers anuncia complexo para IA de R\$ 30 bi no interior de SP



Dona do maior portfólio de data centers no Brasil, com 26 unidades em operação, a Ascenty anunciou nesta quarta-feira (27) a construção de seu primeiro complexo voltado à inteligência artificial no país, cujos investimentos devem alcançar R\$ 30 bilhões.

A empresa, uma joint venture da operadora global de investimentos Digital Realty e da gestora Brookfield Infrastructure, deve investir US\$ 1,2 bilhão (R\$ 6 bilhões), com caixa próprio e capital de seus controladores. O CEO da Ascenty, Chris Torto, diz que os clientes do futuro data center devem colocar mais R\$ 24 bilhões em supercomputadores.

A nova unidade da Ascenty ficará em Sumaré (SP), na região metropoli-

tana de Campinas, assim como um dos recém-construídos complexos de IA da Microsoft.

Embora o projeto do novo data center inclua refrigeração a água, a empresa planeja usar um sistema mais recente de resfriamento fechado, com redução drástica no uso de água, diz Torto. Os sistemas por evaporação, como o que a Microsoft adota em seus data centers internos, gastam até 70 vezes mais água.

Se, por um lado, Torto diz que é inviável ter complexos de IA sem refrigeração a água devido à maior potência das máquinas, por outro, afirma que a redução dos impactos ambientais é uma estratégia para atrair mais investidores.

A demanda energética justifica a mudança: en-

quanto um rack (armário de computadores interligados) convencional consome 8 kW (equivalente a dois chuveiros Lorenzetti), em um complexo de IA o intervalo salta para entre 60 kW e 1.000 kW.

A potência máxima equivale a 250 duchas elétricas simples ligadas simultaneamente. Com tanto calor dissipado, um sistema de refrigeração a ar teria que fazer tanta força que derrubaria as máquinas.

Como um data center reúne vários racks em várias salas chamadas de data halls, a unidade deve começar a operar no quarto trimestre de 2026 com uma capacidade instalada de 60 MW (megawatts ou 1.000 kW). O projeto indica capacidade de expansão para até 160 MW.

Folhapress

Nvidia gastará US\$ 150 bilhões por ano em Taiwan, diz CEO

O diretor-executivo da Nvidia afirmou nesta quarta-feira (27) que a empresa de semicondutores planeja investir cerca de US\$ 150 bilhões por ano em Taiwan, referindo-se ao país como o "epicentro" da revolução da inteligência artificial.

O executivo também previu que o país asiático continuará sendo o centro mundial de fabricação de tecnologia por muito tempo.

"Há quatro anos, cinco anos, a Nvidia estava gastando cerca de 10 a 15 bilhões de dólares por ano em Taiwan. Agora estamos gastando 100, indo para 150 bilhões de dólares em Taiwan a cada ano", disse o CEO Jensen Huang durante uma cerimônia de inauguração em Taipé para a sede planejada em Taiwan da fabricante de chips avaliada em 5 trilhões de dólares.

O projeto será iniciado este ano e tem como objetivo estar operacional em 2030, disse Huang. Ele não forneceu um prazo para o número de anos em que a empresa planeja investir US\$ 150 bilhões.

A sede em Taiwan aproximará a Nvidia da TSMC, a maior fabricante de chips por contrato do mundo, que produz muitos dos semicondutores avançados que impulsionam a tendência em direção à IA e é uma das principais fornecedoras da gigante tecnológica americana.

Isso também ajudará a empresa mais valiosa do mundo a impulsionar suas alianças com outros parceiros de fabricação, incluindo a Foxconn, a Wistron e a Quanta Computer, que desempenham papéis fundamentais na construção de servidores e infraestrutura de IA.

CNN



Dilemas éticos são maiores riscos corporativos no Brasil, mostra pesquisa



O maior risco corporativo no Brasil não está em corrupções explícitas, mas sim em dilemas éticos de baixa resistência. É o que aponta a pesquisa Atlas PIR, da S2 Consultoria, obtida pelo CNN Money.

As resistências a cenários éticos foram analisadas em mais de 48 mil profissionais, com o objetivo de identificar os principais perigos dentro de 13 setores econômicos do país, totalizando 449 organizações.

Segundo o relatório, nos últimos cinco anos, os maiores dilemas de resiliência frágil entre profissionais foram: conflitos de interesse (18,2%), assédio moral (16,9%) e recebimento de presentes (15,1%). Ou seja, esses cenários são os

mais sedutores no dia a dia do trabalho, conforme os entrevistados.

Enquanto isso, práticas tradicionalmente associadas a crimes e riscos corporativos tiveram índices muito menores de aceitação por parte dos trabalhadores, como desvio de recursos (1%) e sonegação de impostos (0,4%).

Por baixa, média ou alta resiliência ao dilema, a pesquisa identifica o quanto uma pessoa é resiliente diante de determinados dilemas éticos — sem medir o caráter ou a moralidade do entrevistado.

A alta resiliência se refere a pessoas mais resistentes ao tema. Já as pessoas com baixa resiliência cedem mais facilmente. Em suma, esses índices medem como

funcionários inseridos em determinados setores e contextos tendem a se comportar diante de cenários considerados "tensos".

Essas situações também são chamadas de "zonas cinzentas da integridade", contextos em que profissionais convivem com ambiguidades envolvendo favores, relações hierárquicas, presentes corporativos, pressões por metas, entre outros fatores.

De acordo com Renato Santos, sócio-diretor da S2 e administrador pela PUC-SP, os dados compilados evidenciaram que, atualmente, os maiores riscos relacionados aos setores econômicos no Brasil estão em dilemas considerados muito mais "aceitáveis" do que corrupções explícitas.

CNN